



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 105.^a Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Data: 19 de dezembro de 2013, às 08:00 horas
Local: Auditório SEST/SENAT
Rua Martin Cyprien, 1.100 – Bairro Bela Vista – Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Amilton Ferri Vasconcelos, Presidente Suplente da URC
2 Alto São Francisco; Túlio Pereira de Sá, representante da Federação das Indústrias do
3 Estado de Minas Gerais – FIEMG; Camilo de Lélis André Melo, representante da
4 Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do
5 Estado de Minas Gerais – Federaminas; Francisco de Assis Braga, representante
6 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES; Edécio José
7 Cançado Ferreira, representante Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de
8 Minas Gerais – FAEMG; Cristina Kistemann Chiodi, representante Ministério
9 Público; Roberto Soares Nogueira, representante Comitê da Bacia Hidrográfica
10 CBH-Pará; Anaximandro Lourenço Azevedo Feres, representante Pontifícia
11 Universidade Católica – PUC/Minas-Arcos; Nixon de Sousa Medeiros, representante
12 da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Mário da Silva Oliveira, representante
13 Conselho Municipal de Meio Ambiente – Codema – Pains; Giovanardi Marco
14 Alves, representante Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política
15 Urbana – SEDRU; Valério Mendes Rezende, representante da Secretaria de Estado de
16 Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Lessandro Gabriel Costa,
17 representante Associação Ambientalista Alto São Francisco, Lagoa da Prata; Otaviano
18 Gomes Pereira, representante do Departamento Nacional de Produção Mineral –
19 DNPM; Sílvia Letícia Ribeiro, representante do Município de Divinópolis; Marcos
20 Antônio Ferreira Veloso, representante do Conselho Regional de Engenharia,
21 Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA/MG; Marcelo Ferreira Guimarães,
22 representante Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis –
23 IBAMA; Neuza Falco Galvão, representante Associação Nordeste Reflorestamento
24 e Educação; Lucélio Nativo Assunção, representante da Secretaria de Estado de
25 Desenvolvimento Econômico; Maria do Carmo Ramos Siqueira, representante da
26 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais. - Amilton
27 Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – A reunião foi
28 presidida pelo superintendente da Superintendência Regional de Regularização
29 Ambiental Sul de Minas, Amilton Ferri Vasconcelos. Cumprimentou os presentes e
30 convidou a todos para a execução do Hino Nacional. **1. Execução do Hino Nacional**
31 **Brasileiro.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
32 Francisco – Abriu os trabalhos às 08:35. “Senhores, hoje são 19 de dezembro de 2013.
33 São 08 horas e 35 minutos. Declaro aberta a 105^a Reunião Ordinária da Unidade
34 Regional Colegiada Alto São Francisco do Conselho Estadual de Política Ambiental.
35 Senhores conselheiros vamos para o item 3.” **3. Comunicado dos Conselheiros e**
36 **Assuntos Gerais.** - Foram empossados dois novos conselheiros. – Não identificou –
37 “Em nome do Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento



38 *Sustentável e Presidente da URC Alto São Francisco, Dr. Danilo Vieira Júnior, damos*
39 *posse ao senhor Otaviano Gomes Pereira, representante do DNPM e a senhora*
40 *Cristina Chiodi representante da Procuradoria Geral de Justiça.” - Amilton Ferri*
41 *Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Informou que o*
42 *item 9.6 seria retirado de pauta pelo motivo da não disponibilização do parecer no site.*
43 *Processo: Fabiano de Faria Silva - ME. – Francisco de Assis Braga – Representante*
44 *ABES – Cumprimentou a todos: “Só aproveitando essa última reunião do ano, com a*
45 *sensação de dever cumprido, gostaria de cumprimentar a todos os membros do*
46 *conselho na qualidade de representante da ABES e também desejar então um Feliz*
47 *Natal e um Próspero Ano Novo de muita paz e realizações para todos.” – Lessandro*
48 *Gabriel – Representante AAASF – “Bom dia. Primeiramente gostaria de registrar a*
49 *presença da Talita que é técnica em Meio Ambiente no município de Lagoa da Prata.*
50 *Seja bem vinda Talita neste conselho. Reforçar aquela nossa ideia de levar para a*
51 *região de Lagoa da Prata junto com a Paula um aperfeiçoamento com os CODEMAS*
52 *da região a respeito do licenciamento ambiental. Nós já falamos com a Paula e*
53 *agradeço a disponibilidade da SUPRAM, viu Paula? De estar nos ajudando nesta*
54 *questão. Segundo ponto. Gostaria de dizer que no início agora desse mês de dezembro*
55 *participei do encontro do Comitê Federal do São Francisco em Recife onde vários*
56 *assuntos abordados na Bacia do São Francisco, foram abordados naquela reunião.*
57 *Sinto dizer que a felicidade que a próxima reunião do Comitê Federal do São*
58 *Francisco vai ser em Belo Horizonte no mês de maio do ano que vem. Nós vamos estar*
59 *passando o convite e alguns assuntos relativos a Bacia do Rio São Francisco vão ser*
60 *discutidos nessa reunião. Acho que apesar do conselho aqui ser um conselho*
61 *diferenciado do conselho que existe do Comitê Federal do São Francisco, mas eu acho*
62 *que nós temos que acompanhar nesses andamentos dos trabalhos. Ainda mais que*
63 *algumas questões relativas ao Rio São Francisco são discutidas no Comitê Federal,*
64 *mas que possam vir para essa Câmara para serem julgados alguns processos do*
65 *Governo Federal. Vão ser disponibilizadas as questões nessa reunião em maio. A*
66 *questão da vazão ecológica do Rio São Francisco que é uma questão que preocupa*
67 *muito a nós. Nós vimos que nossas hidroelétricas estão sem água e possivelmente*
68 *poderá faltar energia elétrica por falta dessa água que nós estamos tendo nesse ciclo*
69 *hoje de período que começou chuvoso. Nós temos a nossa represa de Furnas com nível*
70 *super baixo que nunca teve nos últimos anos. Isso vai ser discutido nessa reunião em*
71 *maio a questão da vazão ecológica do Rio São Francisco e outras questões como o*
72 *projeto de modal do São Francisco que as ferrovias, hidrovias e rodovias na Bacia do*
73 *Rio São Francisco. O Governo Federal vai estar implantando vários sistemas nesse*
74 *contexto do Rio São Francisco que eu acho que de repente alguma questão de pauta vai*
75 *vir para este conselho. Uma outra questão também é a exploração do gás de xisto. Os*
76 *gases que estão sendo explorados na Bacia do São Francisco. Aqui na região nossa*
77 *sabemos que já tem algum tipo de exploração sendo colocadas nesse conselho. O*
78 *Comitê Federal do São Francisco vai estar melhor estudando essas viabilidades, essas*
79 *explorações em toda a Bacia do Rio São Francisco. Obrigado. Nós vamos estar*
80 *passando em maio. Dia 16 de maio parece que é a data marcada, mas nós vamos estar*
81 *passando o ano que vem a data prevista para essa reunião em Belo Horizonte. Eu acho*
82 *que toda participação de todos vai ser efetiva na reunião em Belo Horizonte.*
83 *Obrigado.” – Túlio – Representante FIEMG – “Bom dia a todos. Só informando que eu*
84 *deixei para os conselheiros. Foi lançado agora em novembro o guia técnico da*
85 *cerâmica vermelha. Foi uma parceria da FIEMG com a FEAM. No dia 10 de dezembro*



86 *teve um evento de capacitação em Igaratinga com participação boa das cerâmicas*
87 *vermelhas que já repercutiu muito bem nessa situação e interesse de melhoria no setor.*
88 *Se depois alguém quiser mais tenho alguns aqui, mas isso foi um lançamento que nós*
89 *tivemos no mês. Outra coisa. Eu queria só deixar um, voltar ao nosso assunto mais*
90 *polêmico do ano que é o AVCB. Eu queria fazer uma solicitação ao Ministério Público*
91 *aproveitando que foi ele quem levantou a situação. Mesmo apresentando o documento*
92 *do Corpo de Bombeiros alegando que eles estão cumprindo todos os prazos que*
93 *falaram que em 40 dias entregavam por parte deles entregavam tudo. Eu estou com a*
94 *solicitação de uma empresa que fez a solicitação da vistoria, do AVCB dia 1º de*
95 *novembro e até o início da semana agora não teve nada, nenhum. Não teve a vistoria e*
96 *nenhum retorno do Corpo de Bombeiros sobre isso. Como nós estamos cobrando isso*
97 *aqui no conselho acho importante também cobrar em cima do Corpo de Bombeiros já*
98 *que ele apresentou todo aquele cronograma dele com os prazos. Isso que eu queria*
99 *levantar. Dar as boas vindas aos novos conselheiros, que sejam bem vindos e também*
100 *desejar um Feliz Natal a todos que eu não ver depois. Obrigado.” – Anaximandro –*
101 *Representante PUC Minas – “Bom dia presidente. Bom dia a todos. Justificar a nossa*
102 *ausência durante esse semestre em virtude de uma série de outras atividades assumidas*
103 *junto a PUC Minas que especificamente no dia da reunião na quinta-feira pela manhã*
104 *não me permitiram deslocar até aqui, mas tentei de alguma forma junto com a nossa*
105 *suplência não deixar a cadeira vaga. Quero cumprimento ao Lessandro pelo profícuo*
106 *trabalho a frente representando a região no Comitê Federal do São Francisco além do*
107 *trabalho que ele já desenvolve no Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do São*
108 *Francisco I. Parabenizar por essa ideia de capacitação dos CODEMA’s da região,*
109 *Lessandro e colocar a PUC Minas a disposição. Nós temos alguma estrutura, podemos*
110 *estar juntos nesse processo. Conversar com a Paula. Nós temos a pró-reitoria de*
111 *extensão da universidade que certamente vai ser um prazer e uma das missões da*
112 *instituição colaborar de alguma maneira nessa capacitação dos CODEMA’s, nessa*
113 *perspectiva de pensar localmente o meio ambiente. Desejar também, dar as boas vindas*
114 *aos novos conselheiros, desejar um bom fim de ano para todo mundo.” – Edécio*
115 *Ferreira – Representante FAEMG – “Bom dia a todos. Saudar os novos conselheiros e*
116 *desejar a eles um trabalho profícuo e de colaboração que tenho certeza que esse é o*
117 *objetivo de todos eles. Aproveitar a oportunidade para desejar a todos funcionários,*
118 *colaboradores da SUPRAM, conselheiros, empreendedores um Natal repleto de paz,*
119 *alegria, felicidades e que o ano novo venha trazendo a todos nós especialmente bom*
120 *senso nas questões que nós tratamos aqui e que possamos ao longo de 2014 também*
121 *estar realizando aqueles sonhos mais contidos que nós temos, mas é que nós temos. Um*
122 *bom dia a todos.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS –*
123 *“Primeiramente cumprimentar os novos conselheiros e também cumprimentar ao*
124 *Lessandro por essas iniciativas em prol do São Francisco. Lessandro, você está de*
125 *parabéns. Se tivessem mais pessoas do seu quilate disponível e com vontade com*
126 *certeza o Rio São Francisco estaria muito melhor do que está hoje. Cumprimentar e*
127 *falar para os outros conselheiros que essa semana eu, juntamente com o Dr. Edécio,*
128 *nós tivemos na inauguração do novo forno da Imerys onde na realidade o forno já está*
129 *funcionando. Foi a inauguração simbólica. O conselheiro Mário também estava*
130 *presente. O Túlio. O Túlio da FIEMG também. Queria cumprimentar a equipe técnica*
131 *de lá porque foi um trabalho bellissimo que eles fizeram. O que eu achei interessante é*
132 *que a imagem que nós tínhamos como todo mundo é que cal era só Pains e Arcos. Hoje*
133 *não. Hoje nós sabemos que Doresópolis também faz parte dessa região de calcário.*



134 *Parabéns a vocês. Parabéns a toda equipe que fez o licenciamento da Imerys e o corpo*
135 *técnico dele. Vocês estão de parabéns. Eu queria comentar outra coisa para deixar*
136 *registrado é o seguinte. Essa averbação do Corpo de Bombeiros é ilegal. Não tenho*
137 *dúvida e nós estamos colocando dentro dos nossos processos. Nós estamos exigindo*
138 *uma condicionante que é ilegal. Qual a razão da minha preocupação? Quando*
139 *começou a averbação da reserva legal começou aqui no nosso conselho. Ela era do*
140 *jeito que foi feito e é até hoje completamente ilegal. No entanto, na época que eu fui*
141 *voto vencido apesar de questionado muito e colocamos. Agora minha pergunta é a*
142 *seguinte. Aqueles empreendedores que nós jogamos goela abaixo dele fazer a reserva*
143 *legal que hoje é demais, que está averbada como é que vai desaverbar isso? Cadê a*
144 *responsabilidade de nós conselheiros? Cadê a responsabilidade da SUPRAM? Era*
145 *ilegal. Foi colocada como condicionante. Passou. Está averbada e hoje não desaverba.*
146 *Como é que vai fazer? Tem que prestar atenção. A equipe jurídica do COPAM, do*
147 *nosso núcleo aqui para ver como é que vai fazer com essa averbação do Corpo de*
148 *Bombeiros. Se não vai chegar no mesmo ponto da reserva legal. Vocês imaginam aqui,*
149 *por exemplo, uma propriedade que ela tem o módulo fiscal a largura hoje é 5 metros.*
150 *Nós colocamos todos de 50. Foi averbado no Cartório de Registro de Imóveis. Quer*
151 *dizer que ele está deixando de usar 45 metros. Quem vai desaverbar isso? Não tem jeito*
152 *de desaverbar. Fica o meu alerta e que os conselheiros pensem que quando for colocar*
153 *condicionante que é ilegal que pense um pouquinho, que pesa a consciência para não*
154 *fazer igual nós fizemos com o Código Florestal. Obrigado.” – Neusa – Representante*
155 *Nordesta – “Eu gostaria de rever aquela questão do meu suplente, porque eu já estou*
156 *desde o início. Não tem suplente. Quer dizer, eu entrei como suplente e não tem*
157 *suplente. Então eu gostaria de rever. Por exemplo, na última reunião eu não pude*
158 *comparecer que coordeno vários projetos, muitas vezes coincide com as minhas*
159 *viagens. Eu gostaria de rever essa questão porque pode ser que eu chegue a perder a*
160 *cadeira porque, mas eu não tenho suplente.” – Cristina Chiodi – Representante*
161 *Ministério Público – “Só em função de algumas palavras que foram colocadas sobre*
162 *AVCB e sobre averbação de reserva legal. É importante para tranquilizar os*
163 *conselheiros de que não existe legalidade que o próprio Conselho Nacional de Justiça,*
164 *que eu acho que é um órgão que teria mais condições até do que nós aqui de julgar o*
165 *que é legal e o que é ilegal. Emitir uma decisão no sentido da quantidade de averbação*
166 *da reserva legal inclusive enquanto o cadastro ambiental rural não tiver sido*
167 *implementado. Nesse sentido só tranquilizá-los de que o procedimento que foi seguido,*
168 *utilizado por essa Unidade Regional Colegiada está de acordo com legalidade*
169 *conforme o próprio Conselho Nacional de Justiça. Com relação ao AVCB da mesma*
170 *forma, o Ministério Público tem plena certeza de que não existe ilegalidade na*
171 *exigência, pelo contrário, que a não exigência poderia caracterizar eventual*
172 *ilegalidade. É um posicionamento institucional do Ministério Público. Já adianto que*
173 *no mesmo sentido que o Dr. Francisco Generoso vem trabalhando, nós também vamos*
174 *propor aqui nos processos em que constatamos a inexistência ou a colocação com uma*
175 *condicionante em empreendimento que vão entrar em operação ou que já operam a*
176 *necessidade de inclusão. Obrigada.” – Sônia Godinho – SUPRAM ASF – Esclareceu:*
177 *“Só para esclarecer que reserva legal e preservação permanente são institutos*
178 *diferentes. Reserva legal é de no mínimo 20% da área total da propriedade. Hoje, com*
179 *o novo Código Florestal e a nova Lei Mineira excetuado os casos dos pequenos*
180 *proprietários que tem o regime diferenciado que nós vamos averbar só o remanescente*
181 *que existe na propriedade. A preservação permanente nunca foi averbada a margem do*



182 registro. Só tinha que ter as delimitações das áreas. Hoje, a partir de agora nós vamos
183 ter que aplicar o que a Lei está regendo. Se nunca foi averbada não há do que se falar
184 em desaverbação.” – Paula – SUPRAM ASF – Esclareceu ainda: “Só para
185 complementar que todos os atos foram respaldados na devida legalidade. Foram
186 julgados pelo conselho. A reserva legal averbada em cartório era uma exigência da
187 14.309 e pela publicação do Código Federal Florestal houve a previsão só de um
188 cadastramento no CAR, mas até que o CAR fosse colocado como a Cristina já explicou
189 o Conselho Nacional de Justiça determinou que nós continuássemos fazer a margem do
190 registro de imóveis. O CAR, dia 09 passado a Ministra esteve em Belo Horizonte para
191 assinar o ato de criação do Cadastro Ambiental Rural de Minas que vai começar valer
192 em Minas Gerais a partir do dia 1º de janeiro de 2014. Nós já estamos com tudo
193 preparado para receber este cadastramento das reservas legais.” – Mário –
194 Representante CODEMA PAINS – “Quero cumprimentar a todos. Desejar boas vindas
195 aos novos conselheiros, cumprimentar aos empresários. Gostaria de comunicar que no
196 último dia 09 nós realizamos em Pains que é uma praxe já a 4ª Conferência Municipal
197 de Meio Ambiente. Tivemos aqui o apoio da Superintendência através da
198 Superintendente Paula Fernandes. Agradecer a você e agradecer a todos, a toda a
199 equipe de servidores da SUPRAM. Dizer que nós fazemos o trabalho na busca de
200 conscientizar as pessoas, porque só através da educação e através de boas práticas que
201 levam as pessoas a refletirem que nós vamos conseguir um dia ter um mundo melhor.
202 Quero aproveitar também o momento, desejar a todos que trabalharam arduamente
203 esse ano, um Feliz Natal que todos tenham saúde e que o ano que vem nós tenhamos
204 aqui também serenidade, saúde e tenha disposição para continuar a vida porque ela é
205 dinâmica não nos permite dormir no caminho. Muito obrigado.” - Amilton Ferri
206 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Cumprimentou os
207 conselheiros e equipe pelos trabalhos realizados durante o ano. – **Item 4. Exame da**
208 **Ata da 104ª RO de 14/11/2013.** – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de
209 Bacia – Solicitou corrigir na ata na linha 2076 o “não identificou” era ele. – Cristina
210 Chiodi – Representante Ministério Público – Registrou abstenção dela em virtude da
211 não participação na reunião. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da
212 URC Alto São Francisco – Registradas a correção da linha 2076 e a abstenção da
213 representante do Ministério Público colocou em votação e a ata foi **APROVADA**.
214 Informou que iria pular os itens 5 e 6 e que iria fazer a leitura a partir do item 7 de
215 forma contínua para posterior votação em bloco e os conselheiros que tivessem destaque
216 deveriam se manifestar no momento da leitura do item. – **Item 7. Processo**
217 **Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva - Concedida “Ad**
218 **Referendum”: 7.1 Afer Industrial Ltda. (Ex Crisfer Industrial Ltda) - Produção**
219 **de fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico superficial, inclusive a**
220 **partir de reciclagem - Carmo da Mata/MG - PA/Nº 11396/2005/002/2013 - Classe**
221 **3. Apresentação: Supram ASF** – Destaque do Ministério Público. Vista FIEMG. –
222 Nixon – Representante Polícia Militar Vistas. – Camilo de Lélis André Melo –
223 Representante FEDERAMINAS- Vistas. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente
224 Suplente da URC Alto São Francisco – Vistas concedidas para os representantes da
225 FIEMG e da FEDERAMINAS. – **Item 8. Processos Administrativos para exame da**
226 **Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 8.1 Gecal Indústria e**
227 **Comércio de Produtos Minerais Ltda/Localidade Amargoso. - Lavra a céu**
228 **aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento, pilhas de**
229 **rejeito/estéril e estradas para transporte de minério/estéril - Pains/MG -**



230 PA/Nº 02762/2009/001/2011 DNPM 832.617/2010 - Classe 5. Apresentação:
231 Supram ASF. – Destaque CODEMA Pains. — Destaque FIEMG. Destaque Comitê de
232 Bacia. Destaque Ministério Público. – **Item 8.2 Fundação Sideral Ltda. - Produção**
233 **de fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico superficial, inclusive a**
234 **partir de reciclagem - Conceição do Pará/MG - PA/Nº 32136/2013/002/2013 -**
235 **Classe 3. Apresentação: Supram ASF. – Destaque Ministério Público. – Item 9.**
236 **Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva: 9.1**
237 **Cerâmica Tijolart Ltda. - Outras formas de tratamento ou de disposição de**
238 **resíduos não listadas ou não classificadas e fabricação de telhas, tijolos e outros**
239 **artigos de barro cozido, exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG - PA/Nº**
240 **00260/2012/001/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. – Destaque**
241 **Ministério Público. – Item 9.2 Lindomar Abranches Rezende. (Ex Roberto Geraldo**
242 **dos Santos - ME (Ex Cláudio José da Silva - ME) - Outras formas de**
243 **tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou não classificadas e**
244 **fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido, exclusive de**
245 **cerâmica - Igaratinga/MG - PA/Nº 04032/2005/003/2013 - Classe 3.**
246 **Apresentação: Supram ASF. - Destaque Ministério Público. – Item 9.3 Marina**
247 **Carvalho Indústria e Comércio Ltda. - Fabricação de calçados em geral -**
248 **Nova Serrana/MG - PA/Nº 12471/2013/001/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram**
249 **ASF. – Destaque Ministério Público. Destaque SEDRU. – Item 9.4 Indústria de**
250 **Calçados Tio Sam Ltda. - Fabricação de calçados em geral - Nova Serrana/MG -**
251 **PA/Nº 18288/2012/001/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - Destaque**
252 **Ministério Público. – Item 9.5 Frigoserrana Ltda. - Abate de animais de médio**
253 **e grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, eqüinos, bubalinos, muares,**
254 **etc.) - Nova Serrana/MG - PA/Nº 07745/2012/001/2012 - Classe 5. Apresentação:**
255 **Supram ASF. – Destaque Comitê de Bacia. Destaque Ministério Público. - Item 9.7**
256 **Mineração Belocal Ltda. (Ex-Cia Cimento Portland Itau) - Lavra a céu aberto ou**
257 **subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento e pilhas de**
258 **rejeito/estéril e lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou**
259 **sem tratamento e estradas para transporte de minério/estéril e obras de infra-**
260 **estrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas) - Arcos/MG - PA/Nº**
261 **02480/2004/027/2013 DNPM 1468/1946 - Classe 6. Apresentação: Supram ASF. –**
262 **Destaque SUPRAM. – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público – “Pedir**
263 **vistas desse processo.” – Não identificou – “Vistas FIEMG.” – Francisco de Assis**
264 **Braga – Representante ABES – “Também quero vistas.” – Camilo de Lélis André Melo**
265 **– Representante FEDERAMINAS – “Eu também gostaria de pedir vistas do processo.”**
266 **– Não identificou – “Vistas FAEMG.” – Marcos Veloso – Representante CREA –**
267 **“Também gostaria de participar vistas do processo.” – Amilton Ferri Vasconcelos -**
268 **Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Vistas concedidas para a**
269 **representante do Ministério Público, FIEMG, ABES, CREA, FEDERAMINAS e**
270 **FAEMG. – Item 9.8 Aluferro Comércio e Indústria Ltda. - Produção de fundidos**
271 **de metais não ferrosos, inclusive ligas, sem tratamento químico superficial e/ou**
272 **galvanotécnico, inclusive a partir de reciclagem - Divinópolis/MG - PA/Nº**
273 **19221/2005/004/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. – Destaque SUPRAM.**
274 **Destaque Ministério Público. – Item 9.9 Mineração Vale do Rio Santana Ltda. -**
275 **Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco minerais não**
276 **metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento -**
277 **Arcos/MG - PA/Nº 00473/2003/005/2012 DNPM Nº 830.581/2000 - Classe 3.**



278 **Apresentação: Supram ASF.** – Destaque Ministério Público. Destaque SEDRU.
279 Destaque FIEMG. – **Item 10. Processo Administrativo para exame de Revalidação**
280 **da Licença de Operação: 10.1 Zanini Florestal Limitada/Fazenda Buriti**
281 **Grande - UNISE MG04. - Silvicultura - Morada Nova de Minas/MG - PA/Nº**
282 **02470/2011/002/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF.** – Destaque SUPRAM.
283 Destaque Ministério Público. Comitê de Bacia. ABES. – **Item 11. Processo**
284 **Administrativo para exame de Reconsideração: 11.1 Cal Arco Iris Ltda. (Ex:**
285 **Calcinação Corumbá Ltda) - Fabricação de cal virgem, hidratada ou extinta -**
286 **Arcos/MG - PA Nº 00313/1995/006/2010 - Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF.**
287 **- Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –**
288 **Inscrito para fazer uso da palavra. – Item 12. Proposta de Agenda Anual para as**
289 **reuniões da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco do COPAM, para o**
290 **ano de 2014. Apresentação: Supram Alto São Francisco. – Paula – SUPRAM ASF –**
291 **Apresentou a proposta da agenda para 2014. “Eu vou ler as datas e fazer as**
292 **considerações. Na reunião do mês de fevereiro. A proposta é para o dia 20/02 na**
293 **terceira quinta-feira. No mês de março dia 27/03. Abril, 24/04 e maio 22/05. Março,**
294 **abril e maio é a quarta quinta-feira do mês. Nós precisamos colocar na quarta quinta-**
295 **feira do mês pelos prazos legais que nós temos que cumprir para poder fazer a reunião.**
296 **Nos outros meses. Julho no dia 17/07. Agosto no dia 21/08. Setembro 18/09. Outubro**
297 **16/10. Novembro 20/11 e dezembro 18/12. Todos esses na terceira quinta-feira. Eu**
298 **chamo a atenção para que em junho nós não colocamos a reunião devido os feriados**
299 **que estão programados nós não conseguimos ter tempo hábil para poder fazer a**
300 **reunião do COPAM. O único mês que nós não vamos ter reunião em 2014 além em**
301 **janeiro que nós já não temos mesmo seria junho, por causa dos feriados nós não**
302 **conseguimos fazer a reunião em prazo útil. A proposta é essa, senhores conselheiros.**
303 **Caso tenha alguma sugestão. Maio dia 22. 22/05. Caso aprovado nós encaminhamos**
304 **por e-mail para todos os conselheiros o calendário anual das reuniões.” - Amilton**
305 **Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Esclareceu:**
306 **“O calendário também foi aprovado na SUPRAM Sul sem a reunião de junho. Por mais**
307 **pelo motivo de que não teriam tempo para a equipe técnica fazer o parecer, a equipe**
308 **jurídica analisar. Se caso houvesse uma reunião talvez ia vir com dois ou três**
309 **processos. Provavelmente não ia dar tempo mesmo. Por isso que a proposta é dessa**
310 **forma.” Colocou em votação o item 11.1 e o item 12 e foram APROVADOS, o item**
311 **11.1 de acordo com o parecer da SUPRAM e a proposta da Agenda Anual conforme**
312 **apresentada. - Item 5. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação**
313 **Corretiva: 5.1 S.S.B. Energia Renovável Ltda. - Prestação de outros serviços não**
314 **citados ou não classificados e outras formas de tratamento ou de disposição de**
315 **resíduos não listadas ou não classificadas - Itaúna/MG - PA/Nº**
316 **09523/2006/002/2012 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE**
317 **VISTAS pelo conselheiro Alexandre Ferreira representante da FIEMG. – Túlio –**
318 **Representante FIEMG- Apresentou a conclusão. “Consegui fazer a visita no**
319 **empreendimento. O empreendimento está bem adequado ambientalmente. O sistema de**
320 **condutor e combate a incêndio está bem implantado. Lá eles têm um tanque de**
321 **combustível que está desativado. Eles já estão com a solicitação de vistoria só não**
322 **conseguiram ainda que o Corpo de Bombeiros fosse ao empreendimento. Nosso**
323 **parecer é favorável conforme o parecer da SUPRAM.” – Roberto Soares Nogueira –**
324 **Representante Comitê de Bacia – Solicitou informações: “Eu tenho uma observação**
325 **nesse processo que é o seguinte: Em intervenções e recursos hídricos informa que a**



326 empresa tem um poço tubular e no relatório técnico vem a observação que será dada
327 uma advertência a essa empresa. Eu acho que quem não está regularizado e está
328 funcionando a pena não pode ser advertência não. Eu acho que tinha que se fazer um
329 auto de infração. Se o jurídico tiver defesa para isso eu gostaria de ouvir.” – Natália –
330 SUPRAM ASF – Esclareceu: “A advertência é de acordo com o Decreto 44.844 de
331 2008. De acordo com o Decreto é dada a advertência.” – Cristina Chiodi –
332 Representante Ministério Público – Solicitou esclarecimentos: “Vou iniciar em relação
333 à questão da outorga também. A SUPRAM está sugerindo um prazo em condicionante
334 para o tamponamento do poço tubular ou formalização no processo de outorga no
335 prazo de 10 dias após a obtenção da licença. É uma liberalidade do empreendedor se
336 ele vai ou não vai utilizar. Como se trata de uma licença de operação corretiva o
337 empreendedor está operando e vai continuar operando, no nosso entendimento não
338 deve ser concedido um prazo para cumprimento da legislação. Durante esses 10 dias o
339 empreendedor vai continuar estando com a situação da outorga irregular. No nosso
340 entendimento isso é motivo de baixa em diligência, porque ele deveria fazer a
341 regularização antes da concessão da licença de operação corretiva. Existem outras
342 questões de ordem técnica que eu queria verificar. Primeiro em relação ao uso do pó
343 de balão como fonte de energia para a queima. Queria saber se foi feito algum teste de
344 queima para a verificação da caracterização dessas emissões atmosféricas e se elas
345 estão dentro dos parâmetros previstos nas normas técnicas vigentes.” – Jorge –
346 SUPRAM ASF – Esclareceu: “Só deixar claro aqui que o empreendimento ainda não
347 usa o pó de balão. Só após o recebimento da licença que ele vai poder receber o
348 material. Só a partir daí que ele vai ter condições de apresentar esse laudo para nós.” –
349 Cristina Chiodi – Representante Ministério Público – “Mas concedendo essa licença de
350 operação corretiva nós estamos autorizando a utilização do pó de balão como redutor
351 energético para esse empreendimento. Mantenho o meu entendimento, a minha
352 preocupação, meu receio de que nós estejamos autorizando a utilização de um
353 material, a queima de um material sem o conhecimento da caracterização do efluente
354 atmosférico que vai ser gerado. Seguindo a frente. A questão da eventual intervenção
355 na área de preservação permanente. O parecer informa que não haverá supressão de
356 vegetação e intervenção em APP, mas depois informa que foi verificado em vistoria que
357 existe na APP uma ponte que é utilizada para passagem e uma tubulação que conduz o
358 vapor gerado para as empresas que ficam do outro lado do curso d’água. Parece-me
359 que não foi exigida a compensação pela intervenção em APP ou pela utilização de
360 APP. Corrija-me se eu estiver errada.” – Natália – SUPRAM ASF – Respondeu que
361 haveria a compensação 281,07 metros quadrados. – Não identificou – Finalizou:
362 “Existem duas questões de ordem formal que são posicionamentos institucionais do
363 Ministério Público. Uma delas é a questão da classificação do empreendimento. O
364 empreendimento de classe 5. O Ministério Público há bastante tempo vem solicitando e
365 tentando fazer uma revisão da DN 74/04, porque no nosso entendimento existem
366 parâmetros que são totalmente distorcidos nessa DN. Existem empreendimentos que
367 são causadores de baixo impacto e são classificados como 5 ou 6 enquanto outros que
368 causam elevado impacto ambiental ficam sujeitos a Autorização Ambiental de
369 Funcionamento ou mesmo dispensados. Estar buscando aqui o próprio SISEMA para
370 ter uma coerência técnica sobre essa classificação, por ser empreendimento de classe 5
371 e além das outras questões colocadas eu gostaria de solicitar a baixa em diligência
372 desse processo para apresentação de EIA RIMA, para juntada do auto de vistoria do
373 Corpo de Bombeiros, para juntada de um teste de queima desse pó de balão com a



374 *caracterização do efluente atmosférico, da verificação dessa caracterização do*
375 *cumprimento de parâmetros da legislação.” - Francisco de Assis Braga – Representante*
376 *ABES – Afirmou que era pertinente o teste do efluente atmosférico. A caracterização do*
377 *efluente atmosférico. – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacia –*
378 *Discordou: “Eu discordo do pedido de EIA RIMA. Eu acho que a empresa, se a senhora*
379 *visitar lá vai sentir que não há a necessidade nenhuma disso. Também acho que é*
380 *necessário colocar uma condicionante pedindo a caracterização dos efluentes*
381 *atmosféricos para este empreendimento após entrar em operação o uso do pó de*
382 *balão.” – Jorge – SUPRAM ASF – Concordou com a condicionante proposta pelo*
383 *conselheiro Roberto. “Nós também achamos que talvez seja necessária a apresentação*
384 *de uma caracterização do resíduo antes da utilização do mesmo. A questão da outorga.*
385 *A questão desse poço, em vistoria nós verificamos que não há a utilização do recurso*
386 *hídrico, por isso que houve essa dúvida se o empreendimento iria usar esse poço ou*
387 *não. Eu acho que baixar em diligência por esse motivo eu acho desnecessário. A*
388 *questão do EIA RIMA. Nós verificamos que empreendimento não tem um impacto*
389 *significativo e ele não é contemplado, essa atividade não é contemplada pela resolução*
390 *CONAMA.” – Não identificou – Esclareceu que poderia ser colocado o parâmetro de*
391 *SOX. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco*
392 *– Esclareceu: “Temos uma situação que tem dois itens que seria a inclusão de uma*
393 *condicionante para apresentação de um resultado de amostragem da chaminé da*
394 *caldeira com o uso do pó de balão. Ele apresentaria isso para nós na primeira*
395 *utilização e conseqüentemente no item 3 do automonitoramento seria incluído a*
396 *questão do SOX como um dos parâmetros a serem analisados com uma frequência*
397 *semestral do efluente gerado na chaminé da caldeira. A outra questão é a questão da*
398 *representante do Ministério Público que é do EIA RIMA. Vou fazer a seguinte*
399 *consideração. Não vou baixar em diligência por motivos que eu acho que nós já*
400 *estamos bem alinhados a minuta da nova DN 74 está disponível no site da SEMAD. É*
401 *para todo mundo. Para as pessoas mesmo fazer as suas sugestões, inclusive o*
402 *Ministério Público fez várias e eu acho que tem várias sugestões que até são muito bem*
403 *vindas. Eu acho que esse item já está bem adiantado.” Após os esclarecimentos colocou*
404 *em votação o parecer único do item 5.1. SSB Energia Renovável LTDA e foi*
405 **APROVADO** de acordo com o parecer da SUPRAM, registrados dois votos contrários.
406 *Justificaram os votos. – Nixon – Representante Polícia Militar – “Falta do AVCB e*
407 *também falta regularização apesar de ser de pequeno, mas do poço.” – Cristina Chiodi*
408 *– Representante Ministério Público – “Em razão da não baixa em diligência conforme*
409 *solicitado e pelas questões já colocadas ao longo da discussão.” - Amilton Ferri*
410 *Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após colocou em*
411 *votação a inclusão da condicionante 19: Apresentar o laudo de caracterização do insumo*
412 *de acordo com as normas da ABNT antes da utilização pelo empreendimento. Prazo*
413 *antes da utilização. “Também nós já incluímos no automonitoramento o parâmetro SOX*
414 *para medição com frequência semestral juntamente com o material particulado que já*
415 *está no automonitoramento da chaminé da caldeira.” Foi **APROVADA** a*
416 *condicionante já alterando o item dos efluentes atmosféricos, registrada a abstenção da*
417 *representante do Ministério Público. – Não identificou – “Abstenção em razão do voto*
418 *contrário.” - **Item 6. Processos Administrativos para exame da Licença Prévia***
419 **concomitante com a Licença de Instalação: 6.1 Imerys do Brasil Comércio de**
420 **Extração de Minérios Ltda/Fazenda Capoeirão. Lavra a céu aberto ou**
421 **subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento e estradas para**



422 transporte de minério/estéril - Doresópolis/MG - PA/Nº 00848/2006/001/2013
423 DNPM 831.609/1984 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. RETIRADO DE
424 PAUTA em 14/11/2013. – Vilma – SUPRAM ASF – Solicitou excluir a condicionante
425 número 11 que estava em duplicidade com a condicionante 6. Diante de diversas
426 dúvidas no processo sobre a poligonal, PAE - Plano de Aproveitamento Econômico,
427 PAFEM, Plano de Fechamento de Mina, dúvidas quanto à liberação do DNPM,
428 supressão em Mata Atlântica, reserva legal, estudos de cavidades, estudos de fauna,
429 pediram vistas no processo os conselheiros representantes do DNPM, do Ministério
430 Público, da ABES, da FIEMG. – Não identificou – Ressaltou: “*Senhor presidente, eu*
431 *gostaria de pedir a minha retirada a respeito de um compromisso que eu tenho agora à*
432 *tarde. Gostaria de dizer que eu sou contra essas vistas pelo fato de que nós estamos*
433 *indo e voltando lá atrás. Acho que se todo o processo que existe hoje, se nós estamos*
434 *com todos esses processos aqui tem destaque. Discute, discute, discute nessa mesa. No*
435 *finalzinho do processo, no finalzinho da votação todo mundo vai pedir vista. Eu acho*
436 *que a vista tem que ser colocada no início da votação. Eu sou contra essa vista por esse*
437 *fato. Eu acho que nós estamos indo e voltando atrás dos processos. Vocês estão aqui*
438 *com, eu estou me retirando. Vocês estão aqui com quase 14 processos aqui a serem*
439 *julgados e todos com destaque. Discute aqui e depois um conselheiro vem e pede vista.*
440 *Eu acho que a vista é para isso. se você tem alguma dúvida pede a vista no início da*
441 *reunião que você vai discutir isso lá fora internamente junto com os outros conselheiros*
442 *e com a empresa e trazer pronto aqui para o conselho. Eu sou contra e coloco a minha*
443 *manifestação contra essa questão que foi colocada agora.” - Amilton Ferri*
444 *Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Esclareceu:*
445 *“Conselheiros, a colocação é pertinente no sentido de coerência. Caso o conselho, o*
446 *conselheiro identifique que há a necessidade de vista, por favor, se manifestar antes.*
447 *Entretanto é realmente no decorrer da discussão se o conselho achar que ele precisa*
448 *estudar sobre o processo, porque ele não está seguro da sua votação, não quer se*
449 *abster ele quer é votar pode sim pedir vistas. Só que eu solicito para se caso já*
450 *visualize uma vista já para pedir com um pouco de antecedência justamente para não*
451 *atrasar a reunião.” – Túlio – Representante FIEMG – Também concordou com o*
452 *conselheiro: “Porque pelo que eu me lembro foi em agosto que teve a mesma situação.*
453 *Discutiu, discutiu, discutiu, no final o conselheiro Camilo foi contra alegando que não*
454 *poderia ter discutido aqui. Se nós brigamos tanto com essa questão de seguir as nossas*
455 *ideias, então eu acho que deveria seguir assim como foi proibido o Camilo de pedir*
456 *vistas aqui eu acho que esse também deveria ser. O conselho deveria ir contra isso.” –*
457 *Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Salientou: “Até não ia*
458 *me manifestar não, mas realmente aconteceu de eu pedir vista e foi negado. Agora nós*
459 *estamos vendo que o conselho é arbitrário mesmo. Eu lamento com todo o respeito o*
460 *conselheiro do DNPM. O pedido de vista partiu dele em matéria obrigatoriamente ele*
461 *já tinha que ter vindo afiadinho com ela na ponta da língua para prestar qualquer*
462 *esclarecimento. Agora vocês imaginam se o representante do órgão tem dúvida fica*
463 *danado.” – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público – Protestou: “Eu queria*
464 *manifestar aqui a minha tristeza de participar de uma reunião do COPAM em que os*
465 *conselheiros que pedem vistas são constrangidos apesar de estarem seguindo a rigor o*
466 *regimento interno do COPAM do qual diversas das entidades que estão aqui presentes,*
467 *inclusive a FIEMG participaram da elaboração. O direito de pedir vistas é regimental*
468 *e nos termos do regimento o pedido de vistas pode ser feito a qualquer momento até a*
469 *colocação do processo em votação. É a primeira vez que eu participo de uma reunião*



470 do COPAM em que é criticada a tentativa de evitar um pedido de vistas com a
471 discussão do processo na reunião, porque para mim sempre foi fundamental a
472 tentativa de evitar o pedido de vista ao máximo. Nós tentamos fazer os esclarecimentos,
473 a não ser que vocês queiram que eu peça vista na pauta inteira, já que eu tive que
474 destacar a pauta inteira o que eu acho que é incoerente e lógico vai prejudicar muito
475 mais os empreendedores, o correto é seguir o regimento e não as nossas ideias. Nós
476 somos pautados pela legalidade. Não é o conselho que define se o conselho pode pedir
477 vistas ou não. É um direito regimental. Por favor, não constriam os conselheiros que
478 querem pedir vistas dentro dos termos do regimento.” - Amilton Ferri Vasconcelos -
479 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após os argumentos foi confirmada
480 a concessão de vista para os conselheiros representantes do DNPM, do Ministério
481 Público, da FIEMG e da ABES. - **Item 8. Processos Administrativos para exame da**
482 **Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 8.1 Gecal Indústria e**
483 **Comércio de Produtos Minerais Ltda/Localidade Amargoso. - Lavra a céu**
484 **aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento, pilhas de**
485 **rejeito/estéril e estradas para transporte de minério/estéril - Pains/MG -**
486 **PA/Nº 02762/2009/001/2011 DNPM 832.617/2010 - Classe 5. Apresentação:**
487 **Supram ASF. – Vilma – SUPRAM ASF** – Solicitou corrigir: “É só um erro material
488 no 17º parágrafo do controle processual. A sigla do programa educação ambiental está
489 PAE e na verdade tem que ser PEA.” – Mário – Representante CODEMA Pains –
490 Solicitou esclarecimentos: “Eu queria entender melhor esse programa de educação
491 ambiental, projeto de educação ambiental. Eu sei que ele está de acordo com a DN,
492 COPAM tudo direitinho. Tem os procedimentos para serem feitos. Eu queria saber se
493 ele tem abrangência junto à comunidade no município ou se ele será apenas para os
494 funcionários da empresa no caso. Eu gostaria que no caso fosse feito em parceria com
495 a secretaria de Meio Ambiente que é para nós usarmos as nossas escolas. Nós temos
496 uma preocupação com o seguinte. Nós nunca vamos mudar nenhuma forma de agir, de
497 melhorar as pessoas se não for pela educação. Nós temos, nas nossas crianças e nos
498 nossos jovens essa oportunidade, porque muitos de nós notamos aqui no próprio
499 conselho. Nós somos, às vezes, muito restritos a certos assuntos. Eu queria ver da
500 empresa como que vai ser implantado esse programa de educação ambiental, se tem
501 essa possibilidade de participação em parceria com a secretaria de Meio Ambiente e se
502 há a possibilidade de ser feito também junto com as escolas lá para nós termos um
503 respaldo maior. Eu acho que o objetivo dele é na verdade conscientizar e o trabalho é
504 um trabalho de base. Eu acho que é mais importante do que muitas coisas, muitas
505 ações que nós fazemos isoladamente.” – Cristina Chiodi – Representante Ministério
506 Público – Solicitou esclarecimentos: “Querida saber se nesse caso ocorre o mesmo que
507 ocorreu na situação anterior. Se a área que está sendo solicitada aqui no licenciamento
508 corresponde ao Plano de Aproveitamento Econômico que foi aprovado pelo DNPM.” –
509 Silvestre – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Esse DNPM já é um DNPM pequeno. A área
510 contempla todo o PAE. Já contempla todo o DNPM.” – Não identificou – Solicitou
511 esclarecimentos sobre a vegetação suprimida, os quantitativos de floresta estacional, a
512 tipologia, estágio de sucessão e sobre a área que seria dada em compensação. – Silvestre
513 – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Esse empreendimento tem uma característica porque
514 já teve uma exploração de frente de lavra. Quando nós chegamos no empreendimento
515 nós vemos a frente de lavras abandonada com muito material, com muito minério ainda
516 disposto na frente de lavras. A empresa manteve esses minérios lá, porque não tinha a
517 intenção de explorar. Nessa parte onde ainda você percebe um banqueamento que a



518 empresa já tinha esse banqueamento, boa parte dessa área que foi impactada tem uma
519 vegetação bem inicial. Você tem muita leucena lá. Existia uma característica na região
520 de recuperar a área com leucenas. Ela é muito agressiva, então ela invadiu muito.
521 Alguns fragmentos de alguns indivíduos isolados na frente de lavra. Quando você
522 chega no topo do maciço que é o avanço de lavra da empresa você já pega aquela
523 vegetação característica que é dos maciços. Você tem indivíduos de grande porte. Volto
524 a falar da aroeira do sertão que é muito comum na região. Muitas equisetáceas e
525 bromélias. Ela está num estágio já médio de regeneração e alterna com a medida que
526 você avança para o final do PIT de lavra você já tem uma incidência de pastagem
527 quando você pega já o material residual no final da poligonal. A área que nós
528 visitamos proposta para compensação florestal está num estágio muito bom de
529 regeneração. Ela tem indivíduos arbóreos de médio a grande porte. Ela apresenta um
530 sub-bosque bastante expressivo. Ela tem as cactáceas. Ela tem as bromélias e ela tem
531 uma diversidade vegetal e de indivíduos bem expressiva. Além de ter também a
532 presença da aroeira do sertão que é característico da área impactada com a área
533 proposta. Também foi apresentado o laudo de singularidade das duas áreas por um
534 profissional responsável.” – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público –
535 Perguntou: “Em relação ao artigo 11 da Lei da Mata Atlântica a SUPRAM chegou a
536 fazer alguma avaliação sobre a ocorrência das alíneas que vedam a supressão?” –
537 Natália – SUPRAM ASF – Respondeu que em visita ao local a única espécie protegida
538 identificada foi a aroeira do sertão. – Cristina Chiodi – Representante Ministério
539 Público – Solicitou informações: “A equipe técnica do Ministério Público que fez uma
540 pré-análise desse processo levantou uma questão que me pareceu importante sobre a
541 data da elaboração dos estudos de relevância das cavidades. Esses estudos parece que
542 são anteriores ao decreto 6640 de 2008 e da instrução normativa 02 de 2009. Eles
543 passaram por uma atualização posterior ao decreto?” – Silvestre – SUPRAM ASF –
544 Respondeu que sim. “O primeiro estudo que foi apresentado para nós não estava de
545 acordo com IN. Foi feito um ofício de informação complementar solicitando a empresa
546 que adequasse os estudos conforme a IN.” – Roberto Soares Nogueira – Representante
547 Comitê de Bacia – Perguntou se na portaria de outorga tinha a condicionante padrão,
548 pois, no processo não havia. – Silvestre – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Se não me
549 engano em maio veio a julgamento um processo do forno desse empreendimento. Esse
550 poço está na área de beneficiamento. Nesse processo do forno foi condicionado a
551 instalação de horímetro e hidrômetro. Nesse processo de maio de agora de 2013 e a
552 redação da condicionante é padrão.” – Lucélio – Representante SEDE – Solicitou
553 esclarecimentos: “Sobre a questão da área de compensação que foi citada aqui. A área
554 proposta tem as mesmas características da área que vai ser impactada?” – Silvestre –
555 SUPRAM ASF – Respondeu que sim. “Inclusive há um laudo de similaridade
556 apresentada pelo profissional responsável.” – Não identificou – Informou que no
557 processo anterior citava um programa de resgate de fauna e flora e nesse processo não
558 contemplava. “Nós temos pedido sempre para melhorar as áreas principalmente em
559 calcário, tem pedido um programa de resgate de flora e feito a transposição
560 principalmente para as áreas próximas ou então para as áreas de compensação ou
561 para outra que o município interessar.” – Silvestre – SUPRAM ASF – Esclareceu que
562 poderia incluir uma condicionante a respeito. – Não identificou – Solicitou que fosse
563 incluída a condicionante. – Lívia Goulart – Representante da empresa – Respondeu ao
564 conselheiro Mário: “A condicionante foi proposta agora no licenciamento. Nós estamos
565 fazendo o projeto de educação ambiental e é interesse sim da empresa fazer em



566 parceria com a secretaria de Meio Ambiente.” – Silvestre – SUPRAM ASF –
567 Esclareceu: “A DN 110 fala que o programa de educação ambiental tem que ser formal
568 e não formal. Nessa parte formal a empresa vai ter que nos apresentar alguma coisa
569 que ela tenha feito com certeza com as escolas.” - Túlio – Representante Fiemg –
570 Solicitou alteração da condicionante 1 e 3, de 30 para 90 dias. “A número 1 é
571 apresentação da proposta compensatória junto a GCA. A número 3, protocolar perante
572 a gerência de compensação ambiental do IEF.” – Silvestre – SUPRAM ASF –
573 Esclareceu: “O prazo de 30 dias é regimental, é o prazo que nós seguimos lá dentro.
574 Isso não implica que o COPAM acate a alteração do prazo.” - Amilton Ferri
575 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após os
576 esclarecimentos colocou em votação o processo e foi **APROVADO** de acordo com o
577 parecer da SUPRAM. Em seguida colocou em votação a inclusão da condicionante do
578 resgate de flora. Apresentação do projeto para resgate da flora e prazo de 120 dias e foi
579 **APROVADA** a inclusão. Após colocou em votação a alteração do prazo das
580 condicionantes 1 e 3 de 30 para 90 dias e foi **APROVADA** com 3 votos contrários.
581 Justificaram os votos: – Nixon – Representante Polícia Militar – “Atendendo ao
582 conselheiro, meu voto é contrário atendendo ao que o Ministério Público relatou. Se é
583 contrário a lei meu voto é contrário.” – Cristina Chiodi – Representante Ministério
584 Público – “Só também justificando meu voto pelo indeferimento da prorrogação do
585 prazo porque essa prorrogação é ilegal nos termos do Decreto que rege a compensação
586 ambiental em Minas Gerais.” – Marcelo Guimarães – Representante IBAMA – “Meu
587 voto pelos mesmos motivos.” - **Item 8.2 Fundação Sideral Ltda. - Produção de**
588 **fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico superficial, inclusive a**
589 **partir de reciclagem - Conceição do Pará/MG - PA/Nº 32136/2013/002/2013 -**
590 **Classe 3. Apresentação: Supram ASF.** – Cristina Chiodi – Representante Ministério
591 Público – Solicitou esclarecimentos: “Esse processo é uma licença prévia concomitante
592 com a licença de instalação. Foi colocada como condicionante a apresentação do
593 AVCB. Eu queria saber só se o empreendimento original já possui AVCB que está em
594 operação já que trata de uma ampliação se ele possui AVCB.” – Roberto Soares
595 Nogueira – Representante Comitê de Bacia – Solicitou correção: “Eu queria aproveitar
596 e pedir para corrigir a sub-bacia que está na capa do processo. Está colocando lá Rio
597 Pará. Como a captação superficial é no Rio São João eu acho que a sub-bacia é Rio
598 São João.” – Tiago – Representante da empresa – Esclareceu: “Nós temos o projeto
599 aprovado e estamos iniciando a implantação do projeto. O AVCB nós recebemos após
600 a empresa solicitar que o Corpo de Bombeiros vai verifica se a execução do projeto
601 está conforme o projeto apresentado. Nós temos a aprovação do projeto.” – Elisângela
602 – SUPRAM ASF – Informou que iria fazer a correção da bacia passando para sub-bacia
603 Rio São João. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
604 Francisco – Colocou em votação o processo e foi **APROVADO** de acordo com o
605 parecer da SUPRAM já constando a correção da sub-bacia e com um voto contrário da
606 representante do Ministério Público. – Cristina Chiodi – Representante Ministério
607 Público – “Meu voto é pelo indeferimento com fundamento na própria coerência em
608 relação aos processos anteriores. Nós entendemos que pelo fato de o empreendimento
609 já estar em operação deveria já ter obtido AVCB.” - **Item 9. Processos**
610 **Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva: 9.1 Cerâmica**
611 **Tijolart Ltda. - Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não**
612 **listadas ou não classificadas e fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro**
613 **cozido, exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG - PA/Nº 00260/2012/001/2013 -**



614 **Classe 5. Apresentação: Supram ASF.** – Cristina Chiodi – Representante Ministério
615 Público – Solicitou baixa em diligência. “A primeira questão se refere à classificação
616 do empreendimento, classe 5 e conforme o que eu já me manifestei no processo anterior
617 existe um posicionamento institucional do Ministério Público no sentido de que se o
618 empreendimento de fato não causa impacto ambiental significativo, deveria haver um
619 ajuste da DN COPAM 74/04 para ajuste de parâmetros de porte potencial poluidor.
620 Como esse empreendimento foi enquadrado em classe 5 eu pediria a baixa em
621 diligência para apresentação de EIA RIMA e também para apresentação do AVCB.” -
622 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –
623 Esclareceu que não iria baixar o processo. Colocou em votação o processo e foi
624 **APROVADO** de acordo com o parecer da SUPRAM, registrados dois votos contrários,
625 representante do Ministério Público e Polícia Militar de Meio Ambiente. Justificaram os
626 votos: – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público – “Voto contrário decorre
627 da ausência do AVCB e apesar de ser um empreendimento que está pleiteando licença
628 de operação corretiva em função da ausência de EIA RIMA.” – Nixon – Representante
629 Polícia Militar – “Voto contrário por falta do AVCB.” - **Item 9.2 Lindomar Abranches**
630 **Rezende. (Ex Roberto Geraldo dos Santos - ME (Ex Cláudio José da Silva - ME) -**
631 **Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou**
632 **não classificadas e fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro**
633 **cozido, exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG - PA/Nº 04032/2005/003/2013 -**
634 **Classe 3. Apresentação: Supram ASF.** – Cristina Chiodi – Representante
635 Ministério Público – Solicitou esclarecimentos: “Também se trata de uma licença de
636 operação corretiva e o empreendimento segundo o parecer único não possui AVCB
637 razão pela qual eu pediria baixa em diligência. Em relação ao consumo de lenha de
638 origem nativa eu gostaria de saber qual é a proporção dessa utilização. Quantos por
639 cento da lenha utilizada é de origem nativa? Está de acordo com os critérios da Lei
640 Florestal?” – Carla – Representante da empresa – Esclareceu: “A proporção de lenha
641 nativa é bem pouco. Normalmente essa empresa utiliza só lenha de eucalipto plantado.
642 Nesses últimos meses que ela veio adquirindo lenha de floresta plantada. Só que é por
643 um pouco prazo que ela vai adquirir esse material até porque quem fornece a licença
644 dela também já está vencendo e a lenha está acabando. Ela vai continuar depois
645 utilizando só a lenha de eucalipto.” – Não identificou – Solicitou esclarecimentos:
646 “Mais uma questão do caminhão pipa que faz a aspersão das vias do empreendimento.
647 A origem da água do caminhão está regularizada? Existe outorga para captação dessa
648 água?” – Carla – Representante da empresa – Respondeu: “Esse caminhão pipa é de
649 uma associação. A respeito dos documentos dessa associação não sei te responder, mas
650 eu acredito que tenha outorga, esteja tudo ok.” – Cristina Chiodi – Representante
651 Ministério Público – Sugeriu a baixa em diligência para comprovação da regularidade
652 da água fornecida pela associação que tem o caminhão pipa. – Estela – SUPRAM ASF
653 – Esclareceu que consta em condicionante a solicitação da comprovação de
654 regularidade. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
655 Francisco – Informou que a questão da água constava na condicionante número 15 e que
656 iria baixar o processo. Em seguida colocou em votação o processo e foi **APROVADO**
657 de acordo com o parecer da SUPRAM, registrados dois votos contrários, representante
658 do Ministério Público e Polícia Militar de Meio Ambiente. Justificaram os votos: –
659 Cristina Chiodi – Representante Ministério Público – “Voto contrário do Ministério
660 Público em razão da ausência do AVCB e de demonstração da regularização da água
661 utilizada pelo caminhão pipa.” – Nixon – Representante Polícia Militar – “Falta do



662 AVCB.” - **Item 9.3 Marina Carvalho Indústria e Comércio Ltda. - Fabricação**
663 **de calçados em geral - Nova Serrana/MG - PA/Nº 12471/2013/001/2013 - Classe**
664 **3. Apresentação: Supram ASF.** – Giovanarde – Representante SEDRU – Solicitou
665 correção nas coordenadas geográficas. “*Essas coordenadas estão locadas no município*
666 *de Contagem.*” – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público – Solicitou
667 esclarecimentos: “*Uma informação sobre a destinação final dos resíduos classe 1 que*
668 *são transportados pela empresa RECOM. Além da questão do AVCB, mas quero esse*
669 *esclarecimento antes. Nós consultamos o SIAM e parece que essa empresa RECOM tem*
670 *uma licença de operação para transporte de resíduos, mas nós não sabemos qual é a*
671 *destinação final que é dada. Se é dada para um local regularizado.*” – José Antônio –
672 SUPRAM ASF – Esclareceu: “*Pelo que eu conheço da empresa faz o recolhimento do*
673 *resíduo tipo 1 a destinação que é dada eu não tenho onde te informar não.*” - Amilton
674 Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Esclareceu
675 que já estava condicionada a apresentação na condicionante 7. “*Receber matéria prima*
676 *e destinar os resíduos somente para empresas licenciadas ambientalmente. Apresentar*
677 *semestralmente documentação comprobatória da regularidade ambiental das empresas*
678 *fornecedoras e destinatárias durante a vigência da licença. Eu acredito que essa*
679 *condicionante supre essa questão.*” – Não identificou – Solicitou mais esclarecimentos:
680 “*Tem uma outra questão de cunho mais técnico que se refere ao sistema de mitigação*
681 *de efluentes. Foi até uma sugestão da equipe técnica do Ministério Público uma*
682 *condicionante de implantação do sistema de filtro na cabine de halogênio. No prazo 30*
683 *dias. Eu queria saber se a SUPRAM entende ser pertinente ou não.*” – José Antônio –
684 SUPRAM ASF – Esclareceu: “*A cabine de halogênio geralmente está implantada no*
685 *empreendimento na tubulação que é jogada para o exterior da empresa, mas a geração*
686 *é muito pouca. Só problema locacional. Seria só locacional, porque eles passam só um*
687 *pincel no entorno do solado do sapato. Só para ter a abertura dos poros para encaixar*
688 *o solado. Geração de efluente muito pouca. Ambientalmente dentro da empresa o*
689 *impacto é menor.*” – Não identificou – Solicitou baixa em diligência para apresentação
690 de AVCB. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
691 Francisco – Informou que não iria baixar o processo. Colocou em votação o processo
692 constando a correção das coordenadas geográficas e foi **APROVADO** de acordo com o
693 parecer da SUPRAM, registrados dois votos contrários do representante do Ministério
694 Público e representante da Polícia Militar de Meio Ambiente e abstenção do
695 representante do Comitê de Bacia. Justificaram os votos: Cristina Chiodi –
696 Representante Ministério Público – “*Voto contrário em razão da ausência do AVCB.*” –
697 Nixon – Representante Polícia Militar – “*Falta do AVCB.*” – Não identificou – “*A*
698 *minha abstenção se prende ao tipo de indústria que nós estamos tratando e o local.*
699 *Também por causa do AVCB.*” - **Item 9.4 Indústria de Calçados Tio Sam Ltda. -**
700 **Fabricação de calçados em geral - Nova Serrana/MG - PA/Nº 18288/2012/001/2013**
701 **- Classe 3. Apresentação: Supram ASF.** – Cristina Chiodi – Representante Ministério
702 Público – Solicitou baixa em diligência para apresentação de AVCB. – Mário –
703 Representante CODEMA Pains – Solicitou permissão para se retirar. “*Senhor*
704 *presidente, eu gostaria de ter a autorização do senhor para que eu pudesse me retirar,*
705 *porque tendo em vista um compromisso que eu tenho as 13 horas em Pains com o*
706 *CREA.*” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacia – Solicitou
707 inclusão de condicionante: “*Eu não quero me abster nesse processo que é semelhante*
708 *ao anterior, mas eu quero pedir que se coloque uma condicionante porque ele tem já o*
709 *projeto aprovado de combate a incêndio. Nós colocarmos uma condicionante dando*



710 *prazo para que ele apresente o AVCB e eu votaria favoravelmente.” - Amilton Ferri*
711 *Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Colocou em votação*
712 *o processo e foi **APROVADO** de acordo com o parecer da SUPRAM, registrados dois*
713 *votos contrários do representante do Ministério Público e do representante da Polícia*
714 *Militar de Meio Ambiente. Justificaram os votos: – Nixon – Representante Polícia*
715 *Militar – “Por falta do AVCB.” – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público –*
716 *“Por falta do AVCB.” Em seguida colocou em votação a inclusão da condicionante,*
717 *pois, o empreendedor já tinha o projeto aprovado. A condicionante seria apresentação*
718 *do AVCB com prazo de 90 dias após a aprovação. A **CONDICIONANTE** foi*
719 ***INCLUÍDA**, registrada a abstenção do representante da Polícia Militar de Meio*
720 *Ambiente. – Não identificou – “Abstenção em coerência com o meu voto.” - **Item 9.5***
721 ***Frigoserrana Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte (suínos,***
722 ***ovinos, caprinos, bovinos, eqüinos, bubalinos, muares, etc.) - Nova Serrana/MG -***
723 ***PA/Nº 07745/2012/001/2012 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. – Roberto***
724 *Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacia – Solicitou esclarecimentos:*
725 *“Primeiro eu acho que o prazo que está sendo concedido está equivocado por ser um*
726 *empreendimento de classe 5. Está sendo oferecida uma licença de 6 anos. Segunda*
727 *observação é que a unidade de planejamento de recursos hídricos não é SF1 é SF2.*
728 *Nova Serrana está na Bacia do Rio Pará. Estranhou-me nesse processo que a análise*
729 *do processo foi feita através de um RADA e não de um Relatório Ambiental e Plano de*
730 *Controle Ambiental. As informações que estão sendo passadas advém de um RADA,*
731 *quando se trata de uma licença de operação corretiva e não de uma revalidação de*
732 *licença.” – Jorge – SUPRAM ASF – Esclareceu que houve um equívoco e que os*
733 *estudos ambientais apresentados foram o RCA e PCA. – José Antônio – SUPRAM*
734 *ASF – Esclareceu ainda: “Na capa do parecer está licença de operação corretiva. Só*
735 *que na apresentação da consultoria que fez os estudos ficou errada, mas isso é*
736 *corrigível.” – Sônia – SUPRAM ASF – Esclareceu que houve equívoco: “Em relação*
737 *ao prazo o conselheiro tem razão. Classe 5 são 4 anos mesmo. Correção.” – Não*
738 *identificou – Esclareceu que ia ser feita a correção para SF2. – Cristina Chiodi –*
739 *Representante Ministério Público – Solicitou informações a respeito da intervenção em*
740 *APP, se havia exigência da compensação. – Não identificou – Esclareceu: “Tratando de*
741 *baixo impacto nós não estamos aplicando a compensação, a Resolução CONAMA. Nós*
742 *estamos com a 1905, Resolução SEMAD que dispensa a regularização dela, portanto a*
743 *regularização de baixo impacto era somente para compensação, porque nós não*
744 *impedíamos, não negávamos ela como compensação e perdeu o efeito. A Resolução*
745 *CONAMA nós não estamos aplicando.” – Cristina Chiodi – Representante Ministério*
746 *Público – Ressaltou: “Querida manifestar o posicionamento do Ministério Público pela*
747 *continuidade da aplicação Resolução CONAMA 369, uma vez que essa resolução*
748 *SEMAD está em desacordo com a Norma Federal. Com relação ao lodo seco*
749 *decorrente do processo de tratamento, existe uma informação de que ele é*
750 *encaminhado a área agrícolas visando a fertilização dos mesmos. Foi feito algum*
751 *estudo da capacidade de suporte desse solo de recebimento desse lodo?” – José*
752 *Antônio – SUPRAM ASF – Esclareceu que ainda não teve geração de lodo no leito de*
753 *secagem. “Futuramente quando obtiver esse lodo nós vamos pedir a análise do solo*
754 *para onde esse lodo vai ser disponível. Por enquanto não.” – Não identificou –*
755 *Questionou como estava sendo feita a destinação do efluente. – Não identificou –*
756 *Esclareceu: “O efluente está sendo depois de tratado, está indo para o curso d’água*
757 *dentro do resultado de análise pertinente da Resolução 01/88.” – Cristina Chiodi –*



758 Representante Ministério Público – Questionou se foi apresentada uma análise da
759 capacidade de suporte do curso d’água receptor para o efluente. – Não identificou –
760 Respondeu: “*Foi apresentado estudo de auto depuração desse córrego. A capacidade*
761 *total de absorção desse efluente tratado. Com relação ao lodo biológico que sai do*
762 *sistema é o lodo tipicamente orgânico. Ele não tem impedimento nenhum de ser*
763 *aplicado no solo. Não tem produto químico nenhum. Somente orgânico.*” – Cristina
764 Chiodi – Representante Ministério Público – Solicitou baixar o processo: “*Senhor*
765 *presidente, eu vou pedir a baixa em diligência do processo para apresentação de EIA*
766 *RIMA por se tratar de empreendimento classe 5. Não vou fazer a defesa novamente da*
767 *motivação, mas no caso de indeferimento no pedido de baixa em diligência eu votaria*
768 *contra o processo, mas seria interessante que fosse condicionada esse estudo de*
769 *capacidade de suporte do solo para recebimento do lodo quando houver a sua*
770 *caracterização.*” - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto
771 São Francisco – Esclareceu que não iria baixar em diligência. “*Senhores conselheiros,*
772 *novamente a recusa da baixa em diligência para o EIA RIMA pelo fato, pelo simples*
773 *fato de ser classe 5.*” Após os esclarecimentos colocou em votação o processo com a
774 correção da questão da sub-bacia, da questão de 6 para 4 anos e foi **APROVADO** de
775 acordo com o parecer da SUPRAM, com o voto contrário do representante do
776 Ministério Público. – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público – “*Voto*
777 *contrário em razão da ausência de EIA RIMA no processo.*” - Amilton Ferri
778 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Em seguida colocou
779 em votação a inclusão da condicionante: Apresentação da capacidade de suporte da área
780 a ser fertilizada com o lodo. Prazo 120 dias e foi **APROVADA** a inclusão. - **Item 9.8**
781 **Aluferro Comércio e Indústria Ltda. - Produção de fundidos de metais não**
782 **ferrosos, inclusive ligas, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico,**
783 **inclusive a partir de reciclagem - Divinópolis/MG - PA/Nº 19221/2005/004/2012 -**
784 **Classe 3. Apresentação: Supram ASF.** – Elisângela – SUPRAM ASF – Solicitou
785 fazer correção: “*Eu gostaria de fazer uma retificação no texto do parecer na folha 7. No*
786 *quadro de resíduos sólidos a borra de alumínio a empresa que recebe esse resíduo é a*
787 *Recibrás - Reciclagem Brasil LTDA e não a Alumínio Alvorada LTDA.*” – Edécio
788 Ferreira – Representante FAEMG – Solicitou permissão para se retirar. “*Eu peço*
789 *licença para me retirar e aproveito o ensejo para convidar todos os conselheiros,*
790 *especialmente os funcionários da SUPRAM, os empreendedores que nos prestigiam*
791 *aqui o ano inteiro para um almoço comemorativo a ser realizado hoje, às 13 horas no*
792 *Buffet Paulinelli.*” – Cistina Chiodi – Representante Ministério Público- Solicitou baixa
793 em diligência para apresentação do AVCB. – Roberto Soares Nogueira – Representante
794 Comitê de Bacia – Sugeriu uma condicionante: “*Como tem projeto já aprovado eu*
795 *também gostaria de fazer a mesma proposta de condicionante que eu fiz no processo*
796 *anterior que seja dado um prazo de 90 dias para que ele apresente o AVCB. Esse tipo*
797 *de indústria também eu acho que o risco de nós estarmos cometendo um erro aqui é*
798 *mínimo. É uma empresa que não tem o que queimar, não tem o que, mas de qualquer*
799 *maneira ficaria, já que ele tem o projeto aprovado, garantida a apresentação.*” -
800 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –
801 Colocou em votação o processo e foi **APROVADO** de acordo com o parecer da
802 SUPRAM com dois votos contrários da Representante do Ministério Público e da
803 Polícia de Meio Ambiente. – Nixon – Representante Polícia Militar – “*Falta do AVCB.*”
804 – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público – “*Pelo mesmo motivo.*” –
805 Elisângela – SUPRAM ASF – Esclareceu: “*A condicionante 10 já é apresentar o auto*



806 *de vistoria do Corpo de Bombeiros, porém com 180 dias. O conselheiro sugeriu 90*
807 *dias.” - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São*
808 *Francisco – Colocou em votação a alteração do prazo da condicionante e foi*
809 **APROVADA** a alteração registrada a abstenção do representante da Polícia Militar. –
810 Não identificou – “*Abstenção da Polícia Militar pela coerência ao voto.*” - **Item 9,9**
811 **Mineração Vale do Rio Santana Ltda. - Lavra a céu aberto sem tratamento ou com**
812 **tratamento a seco minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas**
813 **ornamentais e de revestimento - Arcos/MG - PA/Nº 00473/2003/005/2012 DNPM**
814 **Nº 830.581/2000 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. – Giovanardi –**
815 Representante SEDRU – Solicitou esclarecimentos: “*Eu gostaria de saber se esse*
816 *empreendimento está a montante da captação do sistema público de abastecimento de*
817 *água, uma vez que novamente houve erro material nas coordenadas do*
818 *empreendimento.*” – Silvestre – SUPRAM ASF – Esclareceu: “*Com relação à*
819 *coordenada, eu estou até estranhando porque é um empreendimento que nós tivemos*
820 *que jogar no Google para ver se ele estava em bioma de Mata Atlântica ou não. Foram*
821 *usadas essas coordenadas para poder saber a localização do empreendimento. Eu*
822 *estou até estranhando o que aconteceu.*” – Cristina Chiodi – Representante Ministério
823 Público – Solicitou informações: “*Tem uma informação no parecer da ocorrência de*
824 *vegetação primária na área de estudos. Seria na área diretamente afetada, na área de*
825 *influência direta, indireta.*” – Silvestre – SUPRAM ASF – Respondeu que na área
826 direta, na área de avanço de lavra. – Não identificou – Perguntou se existia vegetação
827 primária na área de avanço de lavra. – Não identificou – Respondeu que é cerrado. “*Na*
828 *tipologia cerrado no stricto sensu seis distritos. A informação que estava nos estudos*
829 *para nós era a vegetação primária.*” – Não identificou – Perguntou se a área e o
830 empreendimento estavam fora da área de aplicação do mapa do bioma Mata Atlântica. –
831 Não identificou – Respondeu que sim. “*Trata-se de uma área bem limítrofe. Nós já*
832 *sabemos que ali no sentido Arcos para Santo Antônio do Monte já termina a área*
833 *cárstica. Já começa o embasamento cristalino. Nós temos esse cuidado e foi aferido e*
834 *está fora do bioma Mata Atlântica. A vegetação, a tipologia florestal é cerrado*
835 *mesmo.*” – Não identificou – Perguntou se na medição foi utilizado o mapa de biomas
836 do IBGE ou o mapa de aplicação da Lei 11.428. – Não identificou – Respondeu que foi
837 usado o site do IBGE para o limite e o Google Earth com os limites da área de bioma. –
838 Não identificou – Continuou: “*Nós fizemos uma pesquisa no site do DNPM. Parece-me*
839 *que essa poligonal tem 167 hectares.*” – Jean Rodrigues – Representante da empresa –
840 Esclareceu: “*Com relação ao tamanho da poligonal e a área diretamente afetada da*
841 *lavra, de uma frente de lavra existente os estudos contemplaram essa área diretamente*
842 *afetada e a área diretamente afetada é onde há ocorrência de mineral. É a área que já*
843 *foi contemplada também apresentada ao DNPM no Plano de Aproveitamento*
844 *Econômico.*” – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público – Perguntou se o
845 PAE apresentando ao DNPM se refere a 177 hectares ou a 19. – Não identificou –
846 Esclareceu: “*O PAE sempre vai ser referente ao tamanho da poligonal. Só que*
847 *mediante ao tamanho da poligonal existem as projeções da lavra a ocorrência mineral.*
848 *Foi apresentado um plano de aproveitamento econômico com o mapa de ocorrência*
849 *mineral e a ocorrência mineral se deu onde nós estamos objetivando esse licenciamento*
850 *ambiental.*” – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público – Solicitou vistas do
851 processo em função da necessidade de verificação dessa situação do direito minerário.
852



853 – Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Argumentou: “*Eu*
854 *entendo que a vista é uma das últimas prerrogativas que o conselheiro tem. Não sei se*
855 *infelizmente ou felizmente. Eu acho que qualquer dúvida que o conselheiro tenha deve*
856 *pedir vistas. Eu acho que ela é independente do senhor autorizar ou não, independente*
857 *do conselheiro justificar a vista. Eu nesse caso acho que é improcedente, mas se a*
858 *representante do Ministério Público pediu a vista eu acho que deve ser dada de*
859 *imediatamente.*” – Não identificou – “*Vistas FIEMG também.*” – Jean Rodrigues –
860 Representante da empresa – Questionou: “*Eu quero deixar claro que nós*
861 *compreendemos, mas não entendemos uma vez que nós apresentamos todos os*
862 *documentos solicitados. Inclusive o plano de fechamento de mina. Eu acho que teria*
863 *que vir para essa votação mais bem embasado, porque nós vamos evitar isso. Nós*
864 *discutimos o processo e depois pede vistas? É complicado.*” – Camilo de Lélis André
865 Melo – Representante FEDERAMINAS – “*Também quero vistas.*” – Marcos Veloso –
866 Representante CREA – “*Também peço vistas.*” - Amilton Ferri Vasconcelos -
867 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – “*Vistas concedidas para*
868 *representante do Ministério Público, FIEMG, FEDERAMINAS e CREA. Vistas*
869 *concedidas.*” – Cléber Almeida Júnior – Representante da empresa – Esclareceu: “*Sou*
870 *engenheiro de minas. Sou responsável pela área de mineração da empresa. Vou*
871 *aproveitar da minha palavra embora em outros que se explicaram aqui não foram*
872 *usados esse cronômetro, mas vou ser breve. A minha explicação vai ser no sentido de*
873 *esclarecer aos conselheiros sobre as questões que estão sendo levantadas hoje aqui.*
874 *Quando você requer uma área para fazer uma pesquisa mineral você define uma*
875 *poligonal. Isso está no Código de Mineração até o quanto de minério que você pode*
876 *por classe média. Qual o tamanho dessa poligonal que você pode requerer. Uma vez*
877 *requerida você vai lá e faz a pesquisa. Nesse ato da pesquisa você vai definir se existe*
878 *aquela ocorrência daquela substância ou outra substância diferente da que você*
879 *requereu e onde ela ocorre dentro dessa poligonal. Se a área onde ela ocorre é menor*
880 *do que o tamanho da poligonal é nesse momento na análise do relatório final de*
881 *pesquisa e na aprovação desse relatório é que se faz a redução de área dessa*
882 *poligonal. Após o relatório ser aprovado não existe redução de área. Isso é legal. Está*
883 *no Código de Mineração. Segundo. Uma vez o relatório final de pesquisa aprovado*
884 *você tem que requerer a lavra. No requerimento de lavras existe um documento*
885 *chamado PAE que o pessoal fala de PAE que é o Plano de Aproveitamento Econômico*
886 *que é a análise técnica e econômica da viabilidade da extração desse mineral. Dentro*
887 *do PAE existe um documento chamado Plano de Lavra. Nesse Plano de Lavra que você*
888 *vai definir as quantidades a serem lavradas ao longo do tempo até a vida útil do*
889 *empreendimento, porque se você estabelecer uma reserva de 100 milhões de toneladas.*
890 *Se vocês estabelece 1 milhão de toneladas/ ano que é o que o mercado vai suportar na*
891 *sua projeção, no seu estudo econômico você tem 100 anos de lavra. Você não trabalha*
892 *nem com horizontes. Inclusive no novo código que está sendo visto, o novo marco de*
893 *mineração, provavelmente esses estabelecimentos serão limitados a 30 anos. Hoje,*
894 *quando nós apresentamos um plano de lavra, um plano de aproveitamento econômico*
895 *nós trabalhamos hoje com horizontes de 15, 30 anos no máximo. Não se trabalha até a*
896 *exaustão da lavra. O que se tem visto aqui, o que se tem conciliado com a relação*
897 *direito mineral, plano de aproveitamento econômico aprovado e licença as áreas que*
898 *vão ser lavradas você concilia o tempo da licença. O que o Silvestre técnico do órgão*
899 *explicou muito bem no início. O tempo que essa licença é válida. Se é quatro anos você*
900 *vai trabalhar com o seu horizonte de lavra de 4 anos. Você só vai liberar aquela área*



901 de 4 anos. Agora no PAE hoje você tem que apresentar o PAFEM, plano ambiental de
902 fechamento de mina. Nesse PAFEM você trabalha esses horizontes todos. Você
903 concilia, você acaba conciliando, o PAFEM com as suas licenças. A partir do momento
904 que você só tem 175 hectares, eu tenho uma área de ocorrência mineral de 20 hectares.
905 O restante da área são áreas de servidão, são áreas onde está o pátio de estocagem
906 temporária de minério. São áreas que você vai usar dentro do próprio empreendimento.
907 Agora a ocorrência mineral no caso desse empreendimento era para estar hoje do
908 ponto de vista do que foi aprovado pelo DNPM, do que foi apresentado no PAE e que é
909 técnico e economicamente viável está limitada ao que nós até apresentamos que é o pit
910 final. Tem um pit final. O que vai ser desmatado trata-se de uma LOC. O que nós
911 vamos desmatar é o remanescente da área que não foi impactada para essa projeção
912 desse pit final que vai ocorrer dentro desses 4 anos da licença. É isso que eu quero
913 deixar claro aqui do que está sendo contestado e pedido. Não tem como eu fazer todo
914 um planejamento e licenciar uma área a mais porque a minha reserva é de 100 anos.
915 Eu não trabalho com esse horizonte de 100 anos. Pode ser que amanhã a questão de
916 mercado de aplicação desse minério seja inviável e eu tenho que antecipar o meu
917 PAFEM em 2 ou 3 anos. Isso é dinâmico e a análise é uma análise circular. Não é uma
918 análise linear. É uma análise circular. Os eventos são inter-relacionados. Isso que eu
919 queria deixar bem claro aqui. Eu acho que hoje está aqui nessa reunião levantando
920 uma situação de questionamentos que não estão coerentes. Não só do ponto de vista
921 jurídico, legal do que tem sido feito também do ponto de vista prático e aplicável.
922 Obrigado.” - **Item 10. Processo Administrativo para exame de Revalidação da**
923 **Licença de Operação: 10.1 Zanini Florestal Limitada/Fazenda Buriti Grande -**
924 **UNISE MG04. - Silvicultura - Morada Nova de Minas/MG - PA/Nº**
925 **02470/2011/002/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. – Francisco de Assis**
926 **Braga – Representante ABES – Solicitou esclarecimentos: “Trata-se de um imóvel de 8**
927 **mil hectares. Não é isso? Com 5 mil já com efetivo plantio de floresta de eucalipto. Tem**
928 **uma condicionante prevendo a revitalização da cobertura vegetal de APP’s que estão**
929 **numa condição que não é de vegetação original. A pergunta é: Foi prevista para todas**
930 **as APP’s? Ou seja, existe uma planta geral desta fazenda, vamos chamar assim, desse**
931 **imóvel onde está definido, onde estão definidos os corpos hídricos e conseqüentemente**
932 **as APP’s? Ou seja, nascentes e tudo? Essas APP’s estão delimitadas nessa planta? A**
933 **vistoria contemplou todas essas áreas?” – Daniela – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Eu**
934 **solicitei um estudo que eles fizeram por amostragem, mas tem a planta da empresa**
935 **inteira. Da propriedade inteira. O PTRF não são só para esses 76 pontos de**
936 **amostragem não. É para propriedade toda. Não teve condição de nós, porque são 8 mil**
937 **hectares não tem condição de nós percorrermos tudo.” – Francisco de Assis Braga –**
938 **Representante ABES – Questionou: “A minha pergunta é exatamente essa. Se nesses**
939 **projetos de recuperação da cobertura vegetal dessas áreas estão contempladas todas as**
940 **áreas que estão dentro desse imóvel de 8 mil hectares.” – Cristina Chiodi –**
941 **Representante Ministério Público – Solicitou esclarecimentos: “Em relação à questão**
942 **do combate de incêndio foi esclarecido que existe uma brigada. Acho que no parecer**
943 **não chegou a ser mencionada a existência da brigada própria, mas existe a brigada.**
944 **Sugeriria uma inclusão na condicionante para a manutenção da brigada nos termos**
945 **que ela atua atualmente, eu acho que é de interesse do próprio empreendedor. Em**
946 **relação à situação de algumas outorgas ou da inexistência de algumas outorgas parece**
947 **que não existe uma definição ainda, colocar uma condicionante para que não seja feita**
948 **a reutilização desses recursos enquanto não houver uma regularização caso seja**



949 *interesse do empreendedor. Por fim, por se tratar de uma área extensa e como essa*
950 *tipologia de empreendimento acaba tendo uma função ecológica por vezes relevante, já*
951 *que a matriz florestal é mais permeável do que outras culturas. Eu queria saber como*
952 *foi tratada a questão da interligação das áreas protegidas, reserva legal, APP? Se*
953 *existem corredores ecológicos? Como que eles foram definidos? Se foi feito um*
954 *projeto?” – Daniela – SUPARM ASF – Esclareceu: “Eu vou fazer a resposta das duas*
955 *primeiras e das áreas o representante da empresa. Quanto a brigada eu condicionei a*
956 *manutenção de todos os programas. A brigada já está condicionada da manutenção*
957 *dele. Esse já está sanado. A questão da outorga foi um problema de procedimento por*
958 *causa que, quando a Zanini protocolou o processo de formalização da revalidação*
959 *antigamente era Plantar. Na alteração da Zanini para Plantar houve um problema lá*
960 *que foi gerado um novo número de processo. Com isso os processos de outorga ficaram*
961 *como se fossem outorgas solteiras. Só que eles estão revalidando, já tem a outorga e*
962 *estão revalidando a portaria. Inclusive essa condicionante que eu coloquei da outorga*
963 *seria só... Agora está dependendo mesmo do órgão ambiental, porque a parte deles já*
964 *fizeram. Realmente nós só não trouxemos elas já vinculadas a esse processo, porque ele*
965 *ficou como se fosse de um empreendimento a parte e não nesse.” – Fabiano –*
966 *Representante da empresa – Esclareceu ainda: “Com relação à conexão das áreas de*
967 *reserva com as áreas de cerrado. Esse empreendimento tem uma particularidade que*
968 *praticamente todas as áreas estão interligadas, mais pela condição natural. Nós temos*
969 *áreas extensas e elas estão conectadas pela condição natural. Veredas, córregos que*
970 *existem lá. Algumas áreas pequenas nós temos projeto de fazer o corredor assim que*
971 *terminar a colheita. Está colhendo parte dessa área agora. A medida que for colhendo*
972 *nós temos alguns projetos. São 5 ou 4 corredores que nós vamos formar para as*
973 *pequenas áreas que estão isoladas, mas de uma maneira geral a fazenda apresenta uma*
974 *condição natural já de interligação das áreas naturais de cerrado.” – Roberto Soares*
975 *Nogueira – Representante Comitê de Bacia – Sugeriu uma condicionante: “Eu gostaria*
976 *de propor que na condicionante 13 seja acrescentada a condicionante padrão também*
977 *para as captações. Eu não vi se existe. Se existir não coloca mais. Gostaria de que o*
978 *presidente colocasse em votação esse processo separando os 6 anos de revalidações*
979 *normais, legais dos 2 anos de bônus que estão sendo propostos aqui, porque eu entendo*
980 *que esses bônus não estão adequados por dois motivos fortes que estão no relatório. O*
981 *não monitoramento da fossa séptica. Não adianta falar que esse monitoramento foi*
982 *indiferente, porque existe até um auto de infração e também o plano de recuperação*
983 *das áreas degradadas segundo o relatório não foi considerado satisfatório. Eu acho*
984 *que esse bônus é indevido. Se juridicamente for possível colocar o processo em votação*
985 *separando eu ficarei muito satisfeito.” – Não identificou – Concordou com o*
986 *conselheiro: “Sem problemas. Agora com relação ao monitoramento dos efluentes no*
987 *caso nós não fizemos, não tivemos o mesmo entendimento, a equipe não teve o mesmo*
988 *entendimento de outros que indeferiram no caso porque o impacto maior desse tipo de*
989 *atividade é a alteração do uso do solo. A questão da monocultura, diminui a*
990 *diversidade da flora, da fauna. Como é uma questão pontual. São 19 funcionários. Não*
991 *realizou o automonitoramento no caso nós optamos só por lavrar o auto de infração.*
992 *Como o auto de infração não foi ainda transitado em julgado não tem como nós tirar a*
993 *pontuação desses 2 anos.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacia*
994 *– Respondeu: “Estou de acordo com tudo que você falou, mas vou usar as palavras do*
995 *Francisco Generoso aqui na última reunião. Se por acaso a condicionante e o pedido*
996 *de monitoramento não tem interesse e não é importante para que colocar? Se ele está*



997 lá é porque ele tem uma importância. Ele não está lá a toa. Está certo? Eu acho que
998 nós temos que olhar conforme CONAMA 237 o desempenho ambiental da empresa e
999 não só aquela fatídica pedaço da Deliberação Normativa 17 que só vincula os bônus ou
1000 reduções a infração já transitadas. Eu entendo que a legislação tem uma hierarquia de
1001 normas. Eu acho que a norma federal tem que sobrepor a norma estadual. Eu até
1002 pensei seriamente em trazer hoje uma moção pedindo ao governo do estado que reveja
1003 a 17, mas depois eu pensei assim. Eu vou me desgastar mais ainda. Eu não vou mexer
1004 com isso não e deixei para lá. Realmente a CONAMA 237 fala claramente a redução ou
1005 aumento dos 2 anos estão presos ao desempenho ambiental da empresa. Se a empresa
1006 não monitorou, se a empresa não foi satisfatória na recuperação das suas áreas
1007 degradadas ela está ganhando 2 anos a troco de que?" – Fabiano – Representante da
1008 empresa – Esclareceu: "Eu gostaria de tranquilizar o senhor em relação da questão da
1009 fossa séptica que foi monitorada. Na verdade esclarecer algumas coisas. Essa licença é
1010 de 2000, a LO foi julgada em 2005. Foi julgada pela CAP na época. Não era nem o
1011 COPAM como nós conhecemos hoje nas URC's. A maneira como eles colocavam a
1012 questão dos efluentes não especificavam qual era o monitoramento, qual parâmetro que
1013 tinha que ser feito, se é semestral ou não semestral. Uma coisa que era exigida é que os
1014 efluentes sejam tratados. No nosso caso nós tínhamos o banheiro do escritório. Assim
1015 que tivemos a condicionante do automonitoramento em 2005, fomos e instalamos a
1016 fossa séptica só que nós não executamos o monitoramento como é pedido hoje. Os
1017 parâmetros que são pedidos, a frequência que é pedido hoje. A fossa sempre existiu. O
1018 que nós fazíamos? Verificávamos o sistema está limpo? O sistema está funcionando? O
1019 sumidouro está cheio, está vazio? Ficava sempre vazio por causa da quantidade
1020 pequena de funcionários. Existia um monitoramento diferente do que é pedido hoje.
1021 Dentro do que a Daniela na vistoria constatou, vocês têm a fossa, mas não está
1022 monitorando. Explicamos a ela. Já instalamos as caixas de inspeção, outra fossa para
1023 nós podermos ter um monitoramento e confirmar a eficiência do sistema, porque o
1024 sistema sempre existiu desde 2005. Nós ficamos tranquilos em relação a questão da
1025 eficiência do sistema, porque quem fez a fossa fez de acordo com as normas. Nós temos
1026 essa segurança. Com relação as áreas de preservação permanente o que a Daniela
1027 pode perceber que nós tentamos mostrar a ela tanto no RADA quanto na vistoria o
1028 que? Nós temos sim um projeto em execução de recuperação dessas áreas. Nós
1029 adquirimos as áreas já com esses problemas. Era uma fazenda de pecuária. O pasto, a
1030 baquearia não respeitou os limites. Nós compramos esse passivo e desde 2005 até antes
1031 da licença nós já temos trabalhado vários aspectos de recuperação. O que a Daniela
1032 talvez ficou insegura e nós concordamos com ela é que nós não tínhamos isso
1033 planilhado. Um projeto executivo, bem organizado com cronograma. De fato ela viu
1034 ações que são feitas para recuperação, viu bons resultados. Talvez quando nós lemos
1035 dessa maneira acha que não. As APP's nunca foram cuidadas. Pelo contrário. Nós
1036 temos recuperado bastante tempo. O que ela está querendo agora é que nós
1037 apresentemos um projeto e que fique mais claro o que nós vamos fazer até para
1038 verificar depois e verificar também que nós estamos propondo é eficiente ou não é
1039 eficiente. De uma maneira geral a nossa avaliação e eu creio também que com a leitura
1040 do parecer técnico o desempenho ambiental do empreendimento é bom. Satisfatório. Eu
1041 concordo com o senhor. Realmente essa DN. Poxa, vai beneficiar quem não tem um
1042 bom desempenho? Acredito que tem que ser revisto isso mesmo, mas no caso desse
1043 empreendimento, com relação a fosse séptica, as APP's, não só isso também, a
1044 condição das áreas do empreendimento, a própria brigada que comentou. Nós



1045 praticamente trabalhamos pagando incêndio só em área de vizinhos. A nossa área não
1046 pega fogo. Nossa brigada trabalha exclusivamente para o vizinho. Período seco tem
1047 equipe de 36 com fogo do vizinho. Fogo área de vizinho. De uma maneira geral. Vou
1048 parar. De uma maneira geral nós entendemos que o desempenho desse
1049 empreendimento é desempenho bom.” – Cláudio – Representante da empresa –
1050 Esclareceu ainda: “Aqui fala do programa de automonitoramento fala. Gerenciamento
1051 de efluentes líquidos. O que ele está dizendo. Foi instalada a fossa séptica. Ela existe
1052 lá. Era feita a manutenção para ela atingir sempre a eficiência. Em uma conversa que
1053 nós tivemos depois que teve a vistoria que a Daniela disse que precisaria ter o
1054 automonitoramento, que ia ser exigido isso em condicionante na revalidação o que nós
1055 fizemos foi. A fosse séptica não tem caixa de inspeção. A caixa de inspeção é a entrada
1056 e saída. A entrada dava para nós fazermos a captação para fazer o monitoramento,
1057 mas a saída o filtro já sai direto no sumidouro. O que nós fizemos? Nós contratamos
1058 uma empresa para fazer uma instalação de uma nova fossa com esses dois sistemas de
1059 possibilidade de captar para fazer a coleta do automonitoramento. Foi o que nós
1060 fizemos. A questão da degradação ambiental que foi citada na questão da penalidade
1061 foi o seguinte. Eu conversei com a Daniela que agora nós também não sabíamos. O
1062 auto de infração está sendo dito no parecer único que vai ser aplicado. Nós estamos
1063 aguardando receber para também fazer a defesa em relação a questão do efluente. Nós
1064 já estamos mais ou menos relatando aqui o que vai ser. A questão da recuperação de
1065 área degradada é porque a Daniela foi em uma área que tem uma erosão. Realmente
1066 essa área com essa erosão, inclusive está em uma via municipal. Não sei se caberia a
1067 responsabilidade de recuperação onde tem área degradada em via municipal ao
1068 empreendimento, mas nós já fazemos a recuperação. O que nós vamos debater para
1069 defesa para esse auto é o seguinte: Nós sabemos que tecnicamente recuperação de área
1070 degradada em caso de erosão o principal é conter a erosão. O que foi visto lá e nós
1071 temos esse trabalho, nós mostramos para ela que nós fazemos esse trabalho de
1072 recuperação foi feito só que no momento em que ela fez a vistoria achou que erosão
1073 estava realmente degradando. Na verdade o importante é ver que em 2005 a erosão era
1074 aquela. Ela se manteve. O principal num processo de erosão é o conter a erosão. O
1075 processo de recuperação não é um processo que em 4 anos ela vai recuperar de forma
1076 rápida. É um processo gradativo que demora muito. Nós até depois que ela solicitou,
1077 porque nós não tínhamos o plantio como ele foi feito e já está num período mais antigo,
1078 não tem uma equipe técnica lá constante. A floresta fica crescendo. Tem uma fase que
1079 ela cresce e tem poucos funcionários fazendo a manutenção lá. Essa área foi
1080 recuperada, mas ela não teve digamos assim, desde o início de 2005 nós temos um
1081 RADA, um plano demonstrando os processos de recuperação delas. Só não temos o
1082 relatório fotográfico tentando demonstrar esse histórico todo. Depois que ela falou nós
1083 colocamos, fizemos projeto de recuperação de modo visual para que fique melhor
1084 visualmente. A aplicação de casca que nós estamos tendo resultados bons que é a
1085 aplicação de cascas de resíduo de colheita de eucalipto. Nós aplicamos na própria
1086 erosão para poder conter a questão de gota de chuva que aumenta o processo de
1087 erosão, mas nesse caso nosso, o processo de erosão estava contido. É o mais
1088 importante. No nosso entendimento a recuperação da área está eficiente.” – Vilma –
1089 SUPRAM ASF – Esclareceu: “Nós temos a DN 17 que dita critérios de acréscimo e
1090 decréscimo de dois anos no prazo de validade da DN. O critério para poder crescer
1091 de 2 anos é justamente não ter auto de infração transitado em julgado. A SUPRAM não
1092 pode tirar esse benefício da empresa. Essa DN não confronta a 237, porque ela fala de



1093 *critérios para aumentar e diminuir. A 237 fala de desempenho. Se o desempenho não*
1094 *tiver sido satisfatório com certeza esse processo estaria indo para o indeferimento.” –*
1095 *Daniela – Representante da empresa – Apresentou as propostas das condicionantes:*
1096 *“A condicionante 4. Vou fazer a alteração de como ela foi formulada e vai ficar da*
1097 *seguinte forma. Manter no empreendimento para fins de fiscalização, documento e*
1098 *regularidade ambiental das empresas compradoras da floresta em pé. DCC da licença*
1099 *ambiental ou da Autorização Ambiental de Funcionamento. Essa condicionante 4. A*
1100 *condicionante 5 teve um erro material. Ao invés de ficar manter a execução de todos os*
1101 *programas ambientais definidos no EIA que é o anterior a essa licença, na verdade é*
1102 *definidos no RADA. Por fim, excluir a 8 porque a 8 está subentendida na 4. São essas*
1103 *as alterações.” – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público – Propôs uma*
1104 *condicionante: “Diante das informações prestadas pelo empreendedor em relação aos*
1105 *corredores ecológicos eu queria propor a inclusão de uma condicionante no seguinte*
1106 *sentido. Implantar corredores ecológicos conforme projeto a ser apresentado pelo*
1107 *empreendedor. O prazo conforme o cronograma a ser definido no projeto.” - Roberto*
1108 *Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacia – Argumentou: “Recurso hídrico*
1109 *igual outro, não faz diferença. Agora, se não vai usar não vai ter que apresentar*
1110 *planilha nenhuma.” – Fabiano – Representante da empresa- Comentou: “O processo de*
1111 *outorga só pela intervenção deve existir. Existem dois processos que estou tentando*
1112 *explicar. Estão normalizados. Esse barramento que ela esteve tem portaria de outorga*
1113 *incluindo irrigação que não é utilizada mais. Nós hoje estamos pegando água na*
1114 *represa de Três Marias e tem o processo da ANA. Esse barramento tem outorga. Está*
1115 *em renovação. Na verdade o que está errado na inclusão da condicionante é, a portaria*
1116 *de outorga não é porque vou utilizar a cair no potencial não. Vamos apresentar porque*
1117 *é o barramento. Acho que é mais nesse sentido e não o fim que será usado.” – Valério –*
1118 *Representante SEAPA- Solicitou informações: “O imóvel está localizado em Morada*
1119 *Nova de Minas. É isso? Na conclusão do analista da SUPRAM foi concedida a*
1120 *autorização no município de Pará de Minas.” – Daniela – SUPRAM ASF – Esclareceu*
1121 *que foi um erro material. “Mas na verdade o empreendimento está em Morada Nova de*
1122 *Minas e Biquinhas porque a fazenda é muito extensa.” - Amilton Ferri Vasconcelos -*
1123 *Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Informou que foram esclarecidas as*
1124 *dúvidas e foram registradas as correções que seriam feitas posteriormente pela*
1125 *secretaria executiva. “Nós temos aqui a questão da alteração da condicionante 13 que*
1126 *está incluindo a questão da instalação de horímetro, hidrômetro, planilha de registro*
1127 *semanais, representante do Comitê de Bacia. Eu acho que a exclusão da condicionante*
1128 *8 já foi bem explicada. Acho que não precisamos colocar em votação e as demais*
1129 *alterações já colocadas pela analista ambiental.” Após os esclarecimentos colocou em*
1130 *votação o processo e foi **APROVADO** de acordo com o parecer da SUPRAM*
1131 *registrada a abstenção do representante do Comitê de Bacias. – Não identificou – “Pelas*
1132 *razões que eu coloquei já anteriormente.” Em seguida colocou em votação a alteração*
1133 *da condicionante 13 para inclusão da apresentação de relatório fotográfico*
1134 *comprovando a instalação do horímetro e hidrômetro com planilhas de leituras*
1135 *semanais. Prazo durante a vigência da licença de operação. A **CONDICIONANTE foi***
1136 ***ALTERADA**. Foi colocada em votação a condicionante sugerida pela representante do*
1137 *Ministério Público. – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público – “Implantar*
1138 *corredores ecológicos conforme projetos a serem apresentados pelo empreendedor.*
1139 *Prazo conforme cronograma a ser definido no projeto. Senhor presidente, acatando*
1140 *uma sugestão do meu colega conselheiro. Vou dividir a condicionante em duas partes.*



1141 *A primeira vai ser apresentar o projeto de implantação de corredores ecológicos num*
1142 *prazo de 120 dias. Depois executar o projeto conforme o cronograma definido no*
1143 *próprio projeto. Após a aprovação da SUPRAM.” – Não identificou – Solicitou*
1144 *informações: “Com relação a questão de apresentar o projeto nós concordamos com*
1145 *isso. Lógico que nós vamos fazer um cronograma nesse projeto e esse projeto, o*
1146 *cronograma vai estar coerente com a colheita daquela área. Quando eu fizer o último*
1147 *corte eu vou conduzir a área que eu deveria fazer o corredor. Isso vai estar no*
1148 *cronograma. Eu acredito que a SUPRAM vai analisar e vai entender isso. Com relação*
1149 *do horímetro e hidrômetro eu tenho aqui o conhecimento que tenho um pouco de*
1150 *dificuldade em como é que eu vou fazer isso na captação de pipa. Não existe. É*
1151 *importante até entrar nessa discussão também. É o caminhão pipa de brigada de*
1152 *incêndio. Eu tenho como registrar. Não no horímetro e hidrômetro. O meu pipa tem 12*
1153 *mil litros. Eu vou registrar. Tirei água para apagar incêndio na área do vizinho tal*
1154 *foram 2 caminhões utilizados. O que eu acho que é importante comentar. Nós tivemos*
1155 *essa discussão com a SEMAD em Belo Horizonte sobre. Eu tenho que ter outorga para*
1156 *poder fazer um combate de incêndio. Nós perguntamos. O IEF tem outorga quando vão*
1157 *apagar um incêndio no parque? Ele tem que ir lá buscar outorga para poder apagar o*
1158 *incêndio. A orientação que nós tivemos que nesses casos emergenciais não é necessário*
1159 *ter outorga. Comparando com a questão de intervenção em zona nativa. Existe até uma*
1160 *regularização do IEF. Quando se faz alguma intervenção porque são emergenciais*
1161 *você pode fazer, mas deve registrar posteriormente que foi feita a intervenção por isso,*
1162 *por isso e por isso. O entendimento da SEMAD que nos orientou uma vez foi de que*
1163 *captação para apagar incêndio. Eu vou pegar água no lugar que está mais perto. Meu*
1164 *caminhão pipa conseguiu chegar, pegou água leva para poder, eu faço a captação. Isso*
1165 *não está dispensando da outorga do barramento.” – Roberto Soares Nogueira –*
1166 *Representante Comitê de Bacia - Concordou: “Eu acho que ele tem razão numa certa*
1167 *hora, mas como nós temos que tratar todos os empreendimentos isonomicamente e nós*
1168 *exigimos de todos que fazem captação do uso de água não tem como escapar de exigir*
1169 *a mesma coisa de vocês. Agora, nós podemos trocar horímetro e hidrômetro, por*
1170 *exemplo, por registro de medições eventualmente nas ocorrências. Nós podemos tirar.*
1171 *Agora tem que fazer a planilha, ter disponível e tem que medir. Não pode escapar da*
1172 *medição. Nós podemos alterar. Realmente manter horímetro e hidrômetro ali para, as*
1173 *vezes, não usar nunca, realmente eu acho que é um custo desnecessário, mas realmente*
1174 *controlar e medir eu acho que nós temos que exigir da empresa.” Sugeriu alteração de*
1175 *condicionante a ser votada. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da*
1176 *URC Alto São Francisco – Informou que seria feita a alteração. “Nós colocamos a*
1177 *alteração, substituindo horímetro e hidrômetro por medição.” Em seguida colocou em*
1178 *votação a inclusão da condicionante proposta pela representante do Ministério Público e*
1179 *foi APROVADA. - Item 13. Encerramento. Agradeceu a presença de todos e encerrou*
1180 *a 105ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Alto São Francisco do*
1181 *Conselho Estadual de Política Ambiental.*

1182
1183
1184
1185
1186

Danilo Vieira Júnior

Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e
Presidente das URC Alto São Francisco